



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DOCUMENTOS DO PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD (quando houver) OK	03-21
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (quando houver) —	2-01-010
PESQUISA DE MERCADO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL OK	07-02
PLANILHA DE PREÇOS C/ MÉDIA OU MEDIANA OK	04-04
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A PESQUISA DE PREÇOS OK	2
BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO OU FUNCIONAL PROGRAMÁTICA OK	01-01
DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA —	
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI ESTRAPOLADO O LIMITE DE DISPENSA (em caso de dispensa em razão do valor) OK	
TERMO DE REFERÊNCIA - TR OK	03-21
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS OK	33-1-0
JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA PRESENCIAL (quando for o caso)	
MINUTA DO AVISO DE DISPENSA E ANEXOS	
MINUTA DE CONTRATO E/OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
LISTA DE VERIFICAÇÃO OK	
PARECER JURÍDICO (quando for o caso) OK	
PUBLICAÇÃO OK	
PROPOSTAS OK	
HABILITAÇÃO OK	
ATA DA SESSÃO PÚBLICA (quando houver) —	
HOMOLOGAÇÃO/PUBLICAÇÃO OK	
CONTRATO/ATA - PUBLICAÇÃO OK	
PRORROGAÇÕES/ADITIVOS	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

- Secretaria Municipal responsável pela demanda: Secretaria de Saúde
- Nome do servidor responsável pelo do DFD: Alan Gregori Mocelim

2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Será realizada uma contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de vigia ao Novo Hospital Municipal. Esclarece que as obras realizadas para construção do hospital estão finalizando, onde está sendo colocado diversos equipamentos médicos e itens destinados ao atendimento dos munícipes. Para tanto, é necessário o guarnecimento do local, pois não há possibilidade de deixar este sem vigilância contendo itens tão importantes. Ainda, a empresa construtora contratada era responsável pelo fornecimento deste serviço, no entanto, esta encontra-se de saída do Município, ficando o local sem a devida proteção. Desta forma, até a abertura do novo hospital, é de extrema importância a contratação de vigias, protegendo um dos locais mais importantes destinado à população.

Por fim, destaca-se que tal obra encontra-se em fase final, devendo tal contratação ser requerida para o intervalo de 2 meses, o qual foi estipulado para abertura do hospital, sendo o prazo em que não haverá pessoas pelo período noturno, em finais de semana e feriados, devendo contratar-se a vigilância.

3. SOLUÇÃO SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa para prestação de serviços de vigias noturnos, finais de semana e feriados para o Novo Hospital Municipal, por meio de dispensa de licitação.

4. PREVISÃO DE INÍCIO E DURAÇÃO PRETENDIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

Período pretendido para o início da execução: agosto de 2024 e findará em 2 meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

5. ESTIMATIVA DE VALOR

O valor máximo estimado da contratação é de R\$ 24.704,98 (vinte e quatro mil setecentos e quatro reais e noventa e oito centavos) por 2 vigias para 2 meses, considerando a pesquisa realizada em outros órgãos públicos.

6. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Gestor do Contrato: Alan Gregori Mocelim

Fiscal do Contrato: Tiago Sansana de Cristo

Suplente do Fiscal de Contrato: Luiz Carlos Lemes

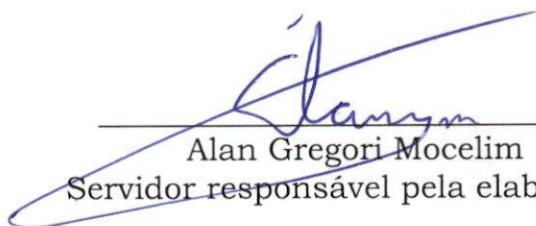
7. APROVAÇÃO

Aprovo a referida demanda.

Ivaí – PR, 27 de agosto de 2024.



Alan Gregori Mocelim
Secretário (a) Responsável



Alan Gregori Mocelim
Servidor responsável pela elaboração



Alan Gregori Mocelim
Gestor do Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Tiago Sansana de Cristo
Fiscal do Contrato

Luiz Carlos Lemes
Suplente do Fiscal do Contrato

MUNICIPIO	VALOR	FONTE	DATA
PALOTINA (PR)	4211,24	HOMOLOGAÇÃO LTC 11/2024	03/05/2024
RIO AZUL (PR)	7237,1	ATA 181-2024	13/06/2024
MANOEL RIBAS	10898,4	CONTRATO 43/2024	18/06/2024
	22346,74		
MÉDIA	7448,913		
VALOR DIÁRIO	248,2971		

61 DIAS - AGOSTO+SETEMBRO

AGOSTO - 5 SAB + 4 DOM = 9

SETEMBRO - 4 SAB + 5 DOM = 9

100 DIARIAS DE R\$ 250,00

MUNICIPIO	VALOR	FONTE	DATA
PALOTINA (PR)	4211,24	HOMOLOGAÇÃO LTC 11/2024	03/05/2024
RIO AZUL (PR)	5713,5	ATA 181-2024	13/06/2024
MANOEL RIBAS	8604	CONTRATO 43/2024	18/06/2024
	18528,74		
MÉDIA	6176,247		
VALOR DIÁRIO	205,8749		

97 1.1.1
DIARIAS

61 DIAS - AGOSTO+SETEMBRO

AGOSTO - 5 SAB + 4 DOM = 9

SETEMBRO - 4 SAB + 5 DOM = 9

100 DIARIAS DE R\$ 250,00

17:00

08:00

OK 12:00

+ R\$ 3.600,00



Município de Palotina

Rua Aldir Pedron, 898 – Centro, Palotina – Estado do Paraná
Fone (44) 3649-7800 CEP 85950-000 CNPJ: 76.208.487/0001-64



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, LUIZ ERNESTO DE GIACOMETTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação neste termo:

- a) Licitação Nº: 11/2024
- b) Modalidade: Pregão
- c) Data da Homologação e Adjudicação: 03/05/2024
- d) Objeto Homologado e Adjudicado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TERCEIRIZADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE VIGIA PARA DIVERSAS SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PALOTINA.

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: AUTENTICA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ/CPF: 36.211.946/0001-44

LOTE 1

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	VIGIA DESARMADO 12X36 - DIURNO	PONTO	24	R\$7.820,640	187.695,36
2	VIGIA DESARMADO 12X36 - NOTURNO	PONTO	24	R\$8.422,480	202.139,52

Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$389.834,88

Palotina, 03 de maio de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIZ ERNESTO DE GIACOMETTI
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://www.gov.br/assinador-digital>



LUIZ ERNESTO DE GIACOMETTI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O PREFEITO MUNICIPAL, LUIZ ERNESTO DE GIACOMETTI, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, ESPECIALMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, A VISTA DO PARECER CONCLUSIVO EXARADO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, RESOLVE: 01 – HOMOLOGAR E ADJUDICAR A PRESENTE LICITAÇÃO NESTE TERMO: A) LICITAÇÃO NRº: 11/2024 B) MODALIDADE: PREGÃO C) DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 03/05/2024 D) OBJETO HOMOLOGADO E ADJUDICADO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TERCEIRIZADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE VIGIA PARA DIVERSAS SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PALOTINA. E) FORNECEDOR E ITENS DECLARADOS VENCEDORES (CFE. COTAÇÃO): FORNECEDOR: AUTENTICA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA CNPJ/CPF: 36.211.946/0001-44 VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO - R\$389.834,88 PALOTINA, 03 DE MAIO DE 2024. O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO.

Órgão Oficial "Jornal do Oeste"

Toledo-PR 05/05/24 Pg 13

Edição 11237

Publicado no site www.palotina.pr.gov.br
em diário oficial eletrônico do dia

06/05/24 Edição nº 3018

MUNICÍPIO DE PALOTINA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 16/2024. SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação do Regulamento Interno do Conselho Tutelar do Município de Palotina/PR, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.069/90 e a Lei Municipal Nº 6.962/2019. Considerando o Ofício Nº 042/2024, de 05/04/2024, enviado pelo Conselho Tutelar do Município de Palotina/PR ao CMDCA para análise e posterior aprovação, Considerando o Art. 67 da Lei Municipal Nº 6.962/2019 alterada pela Lei Municipal Nº 6.922/2023 - "O Regulamento Interno do Conselho Tutelar deve ser revisto por todos os Conselheiros Tutelares no ato de sua instalação e, em caso de não aprovação, o Conselho Tutelar deve ser substituído por um Conselho Tutelar Interino, até a aprovação do novo Regulamento Interno, e a sua publicação e aprovação no Diário Oficial do Município pelo CMDCA, até 15 (quinze) dias da publicação da mesma." Considerando a deliberação do Conselho do CMDCA em Reunião Extraordinária realizada no dia 03 de Maio de 2024, RESOLVE: Art. 1º - Aprovar o Regulamento Interno do Conselho Tutelar do Município de Palotina/PR para o ano de 2024. Art. 2º - O caso não previsto nesta Resolução Normativa será resolvido pelo Conselho do CMDCA. Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Palotina, 03 de Maio de 2024. NIVELIN CINTIA DELANI POTRICK, Vice Presidente do CMDCA, Gestão 2024/2025

MUNICÍPIO DE PALOTINA

RETIFICAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS INFANTIS, PISO EMBOSSADO PARA PLAYGROUNDS, ACADEMIAS AO AR LIVRE PARA SERENAS INSTALADAS EM PRACAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS NA SEDE E DISTRITOS DO MUNICÍPIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUTURAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DESTA MUNICIPALIDADE. No Edital de Pregão Eletrônico Nº 042/2024, publicado no Diário Oficial do União no dia 23/04/2024, na página 224, edição nº 10, RETIFICA-SE, na cláusula 9.2, após a cópia, conforme segue: 1) Declaração informada quanto pontualidade entrega, manutenção e troca de peças em garantia. Caso não seja informada, o fornecedor será considerado não habilitado para participar. Em função das alterações as datas de recebimento da proposta, abertura e julgamento das propostas e abertura das propostas, passam a ser: RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 05/05/2024 - ANÁLISE DAS PROPOSTAS: até o dia 06/05/2024 - ABERTURA DAS PROPOSTAS: até o dia 07/05/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h00min do dia 07 de maio de 2024, na plataforma eletrônica de abertura de licitação, no site www.bidlink.org.br pelo link BUL. Comarca, realizada de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 042/2024. A sessão de abertura das propostas será realizada de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 042/2024. Os interessados poderão ter acesso a cópia retificada e o edital de licitação de Compra e Licitação da Prefeitura de Palotina, pelo site do município ou pelo e-mail: compras@palotina.pr.gov.br, licitacao@palotina.pr.gov.br. Para maiores informações entre em contato pelo fone (44) 3648-7713/3138 - Departamento de Compras. A presente retificação possui o intuito de corrigir o Edital de Pregão Eletrônico Nº 042/2024. As demais informações constantes na publicação anterior permanecem inalteradas. Palotina, 03 de maio de 2024. O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO.

MUNICÍPIO DE PALOTINA

PORTARIA Nº 228/2024 O Prefeito Municipal de Palotina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º - Designar, com fundamento no artigo 123 da Lei Complementar 101/2010 a servidora ANDRESSA FRANA ERANO DOTTI, ocupante do cargo de secretária, matrícula 2721, para exercer temporariamente a função de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS, respondendo por todos os atos de caráter administrativo, a partir de 01 de maio de 2024 a 12 de maio de 2024, afastando-se a Fica permitida no servidor de seu cargo correspondente ao cargo de Coordenador de Recursos Humanos, conforme definido no artigo 91 da Lei Complementar 101/2010 e suas alterações. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. FAÇO MUNICIPAL LUIZ ANGELO DE CARLI, 03 DE MAIO DE 2024. Luiz Ernesto de Giacometti Prefeito Municipal Registrado e Publicado Lucas Pedron Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PALOTINA

PORTARIA Nº 232/2024 "Dispõe sobre comissão responsável por elaborar estudos preliminares e o gerenciamento de riscos no processo de contratação e aquisição de produtos públicos, de natureza continuada no âmbito do Poder Executivo Municipal de Palotina". O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALOTINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º - Designar, com fundamento no artigo 123 da Lei Complementar 101/2010 a servidora ANDRESSA FRANA ERANO DOTTI, ocupante do cargo de secretária, matrícula 2721, para exercer temporariamente a função de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS, respondendo por todos os atos de caráter administrativo, a partir de 01 de maio de 2024 a 12 de maio de 2024, afastando-se a Fica permitida no servidor de seu cargo correspondente ao cargo de Coordenador de Recursos Humanos, conforme definido no artigo 91 da Lei Complementar 101/2010 e suas alterações. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. FAÇO MUNICIPAL LUIZ ANGELO DE CARLI, 03 DE MAIO DE 2024. Luiz Ernesto de Giacometti Prefeito Municipal Registrado e Publicado Lucas Pedron Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PALOTINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O PREFEITO MUNICIPAL, LUIZ ERNESTO DE GIACOMETTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, ESPECIALMENTE, pelo artigo 141, inciso II, da Constituição Federal, e pelo artigo 1º, inciso II, da Lei Complementar 101/2010, considerando o Edital de Pregão Eletrônico Nº 042/2024, publicado no Diário Oficial do União no dia 23/04/2024, na página 224, edição nº 10, RETIFICA-SE, na cláusula 9.2, após a cópia, conforme segue: 1) Declaração informada quanto pontualidade entrega, manutenção e troca de peças em garantia. Caso não seja informada, o fornecedor será considerado não habilitado para participar. Em função das alterações as datas de recebimento da proposta, abertura e julgamento das propostas e abertura das propostas, passam a ser: RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 05/05/2024 - ANÁLISE DAS PROPOSTAS: até o dia 06/05/2024 - ABERTURA DAS PROPOSTAS: até o dia 07/05/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h00min do dia 07 de maio de 2024, na plataforma eletrônica de abertura de licitação, no site www.bidlink.org.br pelo link BUL. Comarca, realizada de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 042/2024. A sessão de abertura das propostas será realizada de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 042/2024. Os interessados poderão ter acesso a cópia retificada e o edital de licitação de Compra e Licitação da Prefeitura de Palotina, pelo site do município ou pelo e-mail: compras@palotina.pr.gov.br, licitacao@palotina.pr.gov.br. Para maiores informações entre em contato pelo fone (44) 3648-7713/3138 - Departamento de Compras. A presente retificação possui o intuito de corrigir o Edital de Pregão Eletrônico Nº 042/2024. As demais informações constantes na publicação anterior permanecem inalteradas. Palotina, 03 de maio de 2024. O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO.

MUNICÍPIO DE PALOTINA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 17/2024. SÚMULA: Dispõe sobre a utilização de recursos da FUNCAO/Companhia de Incentivo Fiscal/IR, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no âmbito das atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.069/90 e a Lei Municipal Nº 6.962/2019 e a Lei Municipal Nº 6.922/2023. Considerando a proposta de utilização do recurso da Fundação Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUNCAO/Companhia de Incentivo Fiscal/IR, aprovada pelo Conselho do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Reunião Extraordinária realizada no dia 03 de Maio de 2024, RESOLVE: Art. 1º - Aprovar a utilização de recursos da FUNCAO/Companhia de Incentivo Fiscal/IR, para o ano de 2024. Art. 2º - O caso não previsto nesta Resolução Normativa será resolvido pelo Conselho do CMDCA. Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Palotina, 03 de Maio de 2024. NIVELIN CINTIA DELANI POTRICK Vice Presidente do CMDCA, Gestão 2024/2025

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE PALOTINA

PORTARIA Nº 028 de 26 de abril de 2024

A Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Palotina, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais e, em especial, no disposto no art. 29, da Resolução nº 001, de 07 de dezembro de 2020; RESOLVE: Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias, no servidor Elias da Silva Freitas, Contador, a partir de 29 de maio de 2024, relativos ao período aquisitivo de 27 de junho de 2020 a 26 de junho de 2021. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALOTINA

Presidente **1º Secretário** **2º Secretário**

Eduardo Francisco Barbosa Thiago Henrique Linhares Mostachio Rodrigo Ribeiro

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE PALOTINA

PORTARIA Nº 030 de 03 de maio de 2024

A Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Palotina, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais e, em especial, no disposto no art. 29, da Resolução nº 001, de 07 de dezembro de 2020; RESOLVE: Art. 1º - Autorizar 03 (três) diárias com valor total de R\$ 3.866,68 (três mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos) ao servidor Sergey Sennikov para viagem a Curitiba para participar do evento "Implementação e andamento da nova Lei de Licitações e Contratos, Improbidade Administrativa e Licitações" nos dias 07 a 10 de maio de 2024. Art. 2º - O servidor de que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria, deverá comprovar, após seu retorno, seu trabalho de interesse público.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALOTINA

Presidente **1º Secretário** **2º Secretário**

Eduardo Francisco Barbosa Thiago Henrique Linhares Mostachio Rodrigo Ribeiro

MUNICÍPIO DE PALOTINA

TERMO ADITIVO Nº 19 DE AUMENTO DE META FÍSICA AO CONTRATO Nº 235/2021.

Pelo presente Termo Aditivo ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que fazem entre si, de um lado como CONTRATANTE o Município de Palotina, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 16.208.470/0001-64, com endereço a Rua Almir Pedroso, nº 438, Palotina, Paraná, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. LUIZ ERNESTO DE GIACOMETTI, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 1.182.771-7 SSP-PR, casado no CPF nº 369.293.959-00, residente e domiciliado nesta cidade de Palotina, Estado do Paraná, CEP: 83.950-000, e de outro lado a empresa, ZEN DIGITAL PALOTINA LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.182.140/0001-43, inscrita Estadual nº 92.713/99-33, estabelecida na Avenida Presidente Kennedy, nº 145, Centro, Cidade de Palotina, Estado do Paraná, CEP: 83.950-000, fone: (44) 39728-0000 (44) 3648-9030, representada neste ato pelo Sr. GENIVALDO ROSENDA DA SILVA, único administrador, portador da cédula de identidade RG nº 4.036.973-0 e CPF nº 586.216.289-53, residente e domiciliado na Cidade de Palotina, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA, vem aditar o contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e legislação pertinente, e ficando pela cláusula e condições seguintes, conforme PREGÃO 042/2024, onde o objeto do contrato é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORTALECIMENTO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS, DESTA MUNICIPALIDADE, e serem empilhadas nas dotações orçamentárias anexas ao processo. Cláusula Primeira (Termo Aditivo nº 19): Fica repactuado entre as partes o Contrato de Prestação de Serviços nº 235/2021 com a reprogramação físico-financeira (aumento de meta física) devida à continuidade das contratações nos serviços, conforme Memorando nº 714/2024 da Secretaria de Administração e o presente justifica-se no processo e conforme anexo shivo LOTE 1.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	Link Convencional em Fibras Ópticas com velocidade mínima de 300 Mbps EMPRESARIAL. Link fibra óptica: Duplexado e Fibra Duplexado. Equipamento em comodato P1 Fio Vazio (FV) 01 (um) Unidade. Sem custo de instalação.	UND	96	204,96	19.676,16

Cláusula Segunda: As demais cláusulas permanecem inalteradas. Palotina, 03 de Maio de 2024. O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE PALOTINA

PORTARIA Nº 236/2024 "Dispõe sobre comissão responsável por elaborar estudos preliminares e o gerenciamento de riscos no processo de contratação e aquisição de produtos públicos, de natureza continuada no âmbito do Poder Executivo Municipal de Palotina". O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALOTINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º - Designar, com fundamento no artigo 123 da Lei Complementar 101/2010 a servidora ANDRESSA FRANA ERANO DOTTI, ocupante do cargo de secretária, matrícula 2721, para exercer temporariamente a função de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS, respondendo por todos os atos de caráter administrativo, a partir de 01 de maio de 2024 a 12 de maio de 2024, afastando-se a Fica permitida no servidor de seu cargo correspondente ao cargo de Coordenador de Recursos Humanos, conforme definido no artigo 91 da Lei Complementar 101/2010 e suas alterações. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Palotina, 03 de Maio de 2024. NIVELIN CINTIA DELANI POTRICK Vice Presidente do CMDCA, Gestão 2024/2025

MUNICÍPIO DE PALOTINA

PORTARIA Nº 238/2024 "Dispõe sobre comissão responsável por elaborar estudos preliminares e o gerenciamento de riscos no processo de contratação e aquisição de produtos públicos, de natureza continuada no âmbito do Poder Executivo Municipal de Palotina". O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALOTINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º - Designar, com fundamento no artigo 123 da Lei Complementar 101/2010 a servidora ANDRESSA FRANA ERANO DOTTI, ocupante do cargo de secretária, matrícula 2721, para exercer temporariamente a função de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS, respondendo por todos os atos de caráter administrativo, a partir de 01 de maio de 2024 a 12 de maio de 2024, afastando-se a Fica permitida no servidor de seu cargo correspondente ao cargo de Coordenador de Recursos Humanos, conforme definido no artigo 91 da Lei Complementar 101/2010 e suas alterações. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Palotina, 03 de Maio de 2024. NIVELIN CINTIA DELANI POTRICK Vice Presidente do CMDCA, Gestão 2024/2025

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE PALOTINA

PORTARIA Nº 031 de 03 de maio de 2024

A Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Palotina, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais e, em especial, no disposto no art. 29, da Resolução nº 001, de 07 de dezembro de 2020; RESOLVE: Art. 1º - Converter 15 (quinze) dias da licença especial em abono pecuniário, à servidora Franciele Cristiane Mello, Técnica Administrativa, conforme artigo 91 da Lei Complementar nº 110/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palotina). Art. 2º - Conceder 07 (sete) dias de licença especial, à servidora Franciele Cristiane Mello, Técnica Administrativa, a partir de 10 de julho de 2024, e conforme Lei Complementar nº 172/2020 (que altera o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palotina), converter esta licença em início expediente, totalizando 14 dias. Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALOTINA

Presidente **1º Secretário** **2º Secretário**

Eduardo Francisco Barbosa Thiago Henrique Linhares Mostachio Rodrigo Ribeiro

Município de Palotina

PORTARIA Nº 032 de 03 de maio de 2024

A Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Palotina, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais e, em especial, no disposto no art. 29, da Resolução nº 001, de 07 de dezembro de 2020; RESOLVE: Art. 1º - Autorizar 03 (três) diárias com valor total de R\$ 3.866,68 (três mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos) ao servidor Sergey Sennikov para viagem a Curitiba para participar do evento "Implementação e andamento da nova Lei de Licitações e Contratos, Improbidade Administrativa e Licitações" nos dias 07 a 10 de maio de 2024. Art. 2º - O servidor de que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria, deverá comprovar, após seu retorno, seu trabalho de interesse público.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALOTINA

Presidente **1º Secretário** **2º Secretário**

Eduardo Francisco Barbosa Thiago Henrique Linhares Mostachio Rodrigo Ribeiro

MUNICÍPIO DE PALOTINA

TERMO ADITIVO Nº 19 DE AUMENTO DE META FÍSICA AO CONTRATO Nº 235/2021.

Pelo presente Termo Aditivo ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que fazem entre si, de um lado como CONTRATANTE o Município de Palotina, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 16.208.470/0001-64, com endereço a Rua Almir Pedroso, nº 438, Palotina, Paraná, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. LUIZ ERNESTO DE GIACOMETTI, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 1.182.771-7 SSP-PR, casado no CPF nº 369.293.959-00, residente e domiciliado nesta cidade de Palotina, Estado do Paraná, CEP: 83.950-000, e de outro lado a empresa, ZEN DIGITAL PALOTINA LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.182.140/0001-43, inscrita Estadual nº 92.713/99-33, estabelecida na Avenida Presidente Kennedy, nº 145, Centro, Cidade de Palotina, Estado do Paraná, CEP: 83.950-000, fone: (44) 39728-0000 (44) 3648-9030, representada neste ato pelo Sr. GENIVALDO ROSENDA DA SILVA, único administrador, portador da cédula de identidade RG nº 4.036.973-0 e CPF nº 586.216.289-53, residente e domiciliado na Cidade de Palotina, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA, vem aditar o contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e legislação pertinente, e ficando pela cláusula e condições seguintes, conforme PREGÃO 042/2024, onde o objeto do contrato é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORTALECIMENTO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS, DESTA MUNICIPALIDADE, e serem empilhadas nas dotações orçamentárias anexas ao processo. Cláusula Primeira (Termo Aditivo nº 19): Fica repactuado entre as partes o Contrato de Prestação de Serviços nº 235/2021 com a reprogramação físico-financeira (aumento de meta física) devida à continuidade das contratações nos serviços, conforme Memorando nº 714/2024 da Secretaria de Administração e o presente justifica-se no processo e conforme anexo shivo LOTE 1.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALOTINA

Presidente **1º Secretário** **2º Secretário**

Eduardo Francisco Barbosa Thiago Henrique Linhares Mostachio Rodrigo Ribeiro

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	Link Convencional em Fibras Ópticas com velocidade mínima de 300 Mbps EMPRESARIAL. Link fibra óptica: Duplexado e Fibra Duplexado. Equipamento em comodato P1 Fio Vazio (FV) 01 (um) Unidade. Sem custo de instalação.	UND	96	204,96	19.676,16

Cláusula Segunda: As demais cláusulas permanecem inalteradas. Palotina, 03 de Maio de 2024. O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO



Município de Palotina

Rua Aldir Pedron, nº 898, Centro, Palotina/PR, CEP: 85.950-000
 Departamento de Compras e Licitações: (44) 3649-7838 - (44) 3649-7832
 E-mail: admcompras@palotina.pr.gov.br / compras@palotina.pr.gov.br



ANEXO II – DOCUMENTO DE DETERMINAÇÃO DO VALOR ESTIMADO

Conforme Artigo 3º do Decreto Municipal nº 10.733/2023, o presente documento formaliza a pesquisa de preços que determinou os valores estimados de contratação.

1. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS

ITEM	CÓD. SISTEMA	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QUANT. PONTOS MENSAIS	TOTAL DE PONTOS ANO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	89238	VIGIA DESARMADO 12X36 - DIURNO	02	24	Posto	9.272,35	222.536,40
02	89239	VIGIA DESARMADO 12X36 - NOTURNO	02	24	Posto	10.434,22	250.421,28
TOTAL DE PONTOS DE TRABALHO SERVIÇO DE VIGIA			04	48			
TOTAL R\$							472.957,68

2. AGENTE RESPONSÁVEL PELA PESQUISA

2.1 A presente pesquisa de preços foi realizada sob responsabilidade da servidora pública municipal:

Celiliam Moreno - matrícula 3748

3. DA GARANTIA

3.1 Garantia Legal: Não se aplica.

4. FONTES CONSULTADAS:

4.1 - Contratações similares feitas pela Administração Pública, Banco de Preços, concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

4.2 - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação através de e-mails, whatsapp, orçamentos estes obtidos pelo prazo inferior de 6 (seis) meses conforme arquivos disponíveis para download (<https://palotina.pr.gov.br/serviços/licitação>).

4.3 - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento:

4.6.1- Valores obtidos usando Menor Preço da Nota Paraná (<https://compras.menorpreço.pr.gov.br/novodocumento/consulta>) conforme arquivos disponíveis para download (<https://palotina.pr.gov.br/serviços/licitação>)

5. MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO:

5.1 Para a presente contratação, pugnou-se pela adoção da:

- (X) MÉDIA
 () MEDIANA
 () MENOR VALOR

6. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA:

6.1 Para formulação do preço, foram desconsiderados os valores de orçamentos, atas e editais de órgãos públicos que não refletiam, com fidedignidade, os preços praticados pelo mercado, vez que manifestamente superior e ou inferior aos demais obtidos, conforme Tabela II.



Município de Palotina

Rua Aldir Pedron, 898 – Centro, Palotina – Estado do Paraná
Fone (44) 3649-7800 CEP 85950-000 CNPJ: 76.208.487/0001-64
Email's: admcompras@palotina.pr.gov.br / compras@palotina.pr.gov.br



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024

O Município de Palotina, estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 76.208.487/0001-64, com paço municipal junto a Rua Aldir Pedron, nº 898, Centro, CEP 85950-000, por meio do Departamento de Licitações e Compras, torna público que realizará a licitação abaixo indicada, através da modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com processamento mediante **CONTRATAÇÃO** e critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, pautando-se nas seguintes normas legais e regulamentos:

- Constituição da República Federativa do Brasil
- Lei Federal nº 14.133/2021
- Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações complementares
- Lei Municipal nº 6.291/2022
- Decreto Municipal nº 9.419/2019
- Decreto Municipal nº 10.663/2022
- Decreto Municipal nº 10.729/2023
- Decreto Municipal nº 10.733/2023
- Decreto Municipal nº 10.735/2023

O presente Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública através da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação através do sistema da plataforma de licitações **Bolsa de Licitações do Brasil**, no seguinte endereço eletrônico:

www.bll.org.br

Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação, aqui denominado Pregoeiro(a), ALINE FERNANDA KUEHL, juntamente de sua equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 206/2023, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pela plataforma **BLL COMPRAS**, acessível através do botão **SISTEMA** junto ao endereço supracitado, nos seguintes prazos, que utilizam como referência o Horário de Brasília (GMT-3):

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Das 08:30 horas do dia 09 de fevereiro de 2024 às 08:30 horas do dia 29 de fevereiro de 2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Das 08:31 do dia 29 de fevereiro de 2024 às 09:00 horas do dia 29 de fevereiro de 2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

às 09:01 horas do dia 29 de fevereiro de 2024.

VALOR MÁXIMO DO EDITAL: R\$ 472.957,68

O PRESENTE EDITAL ACOMPANHA OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Documento de determinação do valor estimado

ANEXO III – Documentos exigidos para habilitação

ANEXO IV – Minuta de Contrato

ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada

ANEXO VI – Modelo de Declaração da LGDP



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

CONTRATO Nº. 43/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS E A EMPRESA CK CLEAN FACILITIES LTDA - EPP.

O MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Sete de Setembro nº 366, inscrito no CNPJ nº -----, neste ato devidamente representado pelo, Exmo Prefeito, Sr. -----, em pleno exercício de seu mandato e funções, portador da Cédula de Identidade RG nº ----- SESP/PR e do CPF nº -----, residente e domiciliado nesta cidade de Manoel Ribas/PR, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CK CLEAN FACILITIES LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.386.110/0001-0/1 com sede na rua Jose Fernandes, nº. 181, bairro Jardim Vilas Boas, na cidade de São Paulo, Capital, CEP: 04.416-080, por sua Sócia Administradora, Sr. Leticia Francisca da Silva, brasileira, inscrita no CPF nº. 430.207.488-44, e no RG nº. 38.019.612-8, a seguir denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº. 033/2024 e em observância as disposições da Lei 14.133/2021, resolvem celebrar o presente contrato decorrente da licitação **Pregão Eletrônico nº. 13/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA NOTURNO para segurança dos prédios públicos do município de Manoel Ribas, conforme segue:

Lote	Produto/Serviço	Marca	Un	Quant.	Preço	Preço total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGIA NOTURNO COM CARGA HORARIO DE 12X36	Serviço	HR	22.320,00	23,90	533.448,00
VALOR TOTAL						R\$ 533.448,00

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- II) A Proposta da Contratada; e
- III) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total da presente contratação é de R\$ 533.448,00 (quinhentos e trinta e tres mil e quatrocentos e quarenta e oito reais).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado mensalmente após a prestação dos serviços e a emissão da Nota Fiscal. O pagamento será realizado por meio eletrônico através de pagamento de boleto bancário em nome da empresa vencedora. Endereço de e-mail para ser enviada a nota fiscal: compras@manoelribas.pr.gov.br

3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Município, a cargo da Secretaria Municipal requerente, a partir da seguinte dotação orçamentária:

Dotação			
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso
2024	75	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2024	77	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00511 - Taxas - Prestação de Serviços - Arrecadação na Administração Direta - Exercício
2024	135	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2024	310	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)
2024	358	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS	00000 - Recursos Ordinários (Livres)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

		DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2024	597	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000 - Recursos Ordinários (Livres)

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

5 - CLÁSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do contrato.

5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

5.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

5.8. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora do Contrato e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato.

5.9. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

5.10. Na hipótese de a empresa detentora do Contrato solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprove a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

5.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela empresa detentora do Contrato, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico – financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.12. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão dos preços solicitada pela empresa detentora do Contrato.

5.13. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após análise técnica e jurídica do Contratante.

5.13.1. Enquanto eventuais solicitações de preços estiverem sendo analisadas, a empresa detentora do Contrato não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.14. O reajuste para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizado por meio de aditivo contratual.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA– MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

7.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

9- CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 – O objeto deverá ser executado conforme prazos e condições estabelecidos no Processo Administrativo Nº 033/2024 e seus anexos.

9.2 – Prazo e forma de entrega/execução:

9.2.1 - A prestação dos serviços deverá iniciar imediatamente após a assinatura do contrato, conforme a solicitação da Administração Geral.

9.2.2 - Reserva-se ao Município de Manoel Ribas o direito de rejeitar os serviços quando julgar que não estejam nas condições estabelecidas em edital.

9.2.3 - A licitante vencedora ficará obrigada a adotar todas as medidas de segurança, visando evitar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

ocorrência de danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, ficando responsável pelas consequências originadas de acidentes ou ocorrências que se verificarem por culpa ou dolo de seus prepostos.

9.2.4 - A contratada deve garantir que os serviços serão prestados rigorosamente conforme especificado no edital e no contrato sendo que o descumprimento de qualquer cláusula contratual ensejará a aplicação das sanções cabíveis.

9.2.5 - As solicitações à contratada bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitada a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada. O julgamento deverá ser realizado por item.

9.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

9.3.1 - A contratada deverá prestar os serviços de acordo com as necessidades da Gestão Municipal, seguindo todas as solicitações da Administração Geral.

9.3.2 - A Secretaria de Administração Geral será a gestora da contratação, através do Secretário PEDRO ESTEVÃO DA SILVA, portaria nº 035/2021. A fiscalização do contrato será de responsabilidade do Auxiliar Administrativo SERGIO ZDUNEK, matrícula nº 294331.

9.4 – Condições de garantia e assistência técnica:

Os serviços serão prestados sempre que necessitados dentro das condições assumidas.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I) Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

II) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

III) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados;

VI) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

V) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

VI) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VII) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

VIII) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

IX) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XI) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XII) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XIII) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIV) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XV) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XVI) A CONTRATADA sujeita-se às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº.8.078/ 1990, podendo o CONTRATANTE, a critério da Comissão Permanente de Licitação representar contra a contratada sempre que identificar falhas, vícios e defeitos na execução do contrato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1. São obrigações do Contratante:

I) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

II) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

- III) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - IV) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
 - V) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
 - VI) Aplicar a Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
 - VII) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias* para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- VIII) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

- 12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
- 12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
- 12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
- 12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
- 12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
- 12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
- 12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial, ou seja, por dia de atraso injustificado na prestação do serviço até o limite de 15 (quinze) dias;

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

15.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

15.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

15.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

15.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

I) O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

II) A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

III) Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

16.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

II) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III) Indenizações e multas.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

20 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

20.1 - As partes em comum acordo, elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de Manoel Ribas, Paraná.

E, por estarem justos, certos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (dois) vias de igual teor e forma, para que se produza os efeitos legais.

Manoel Ribas, 18 de junho de 2024.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE

CONTRATADA
CK CLEAN FACILITIES LTDA - EPP
CNPJ Nº 50.386.110/0001-01
LETICIA FRANCISCA DA SILVA
CPF Nº. 430.207.488-44
SÓCIA ADMINISTRADORA



LICITACAO PMMR @GMAIL.COM

ENVIADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS
Estado do Paraná

ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA

**TERMO DE REFERÊNCIA DA DESPESA PARA LICITAÇÕES VISANDO COMPRAS E SERVIÇOS COM
FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL Nº.14133/2021**

Conforme Decreto Municipal nº. 146 de 18 de dezembro de 2023

Órgão requerente	Secretaria de Administração Geral
E-mail	admgeral@manoelribas.pr.gov.br

1- Definição do objeto:

Solicitamos a abertura do processo de licitação dos serviços de vigia noturno, conforme exposto abaixo:

CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
60594	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA NOTURNO COM CARGA HORÁRIA DE 12X36	HR	22.320h	R\$ 26,89	R\$ 600.184,80

1.1. Classificação do objeto:

De acordo com a lei, a classificação do objeto se dá da seguinte forma:

NATUREZA DO OBJETO:

O objeto se encaixa como serviço contínuo, sendo prestado diariamente para suprir as necessidades da Gestão Municipal.

CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL OU COMUM:

Como o serviço de vigia noturno não se enquadra em obra de engenharia, não é necessário realizar a distinção entre serviço comum ou especial neste contexto.

1.2. Critério de Julgamento:

O julgamento ocorrerá por ITEM, considerando sempre o MENOR VALOR, levando em conta o valor mínimo de remuneração citado no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Valor total:

O valor total para a execução do objeto descrito acima é de **R\$ 600.184,80** (seiscentos mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), considerando a menor cotação dentre os valores obtidos na pesquisa de mercado e a planilha preenchida pela Administração Geral com base no salário utilizado no município.

1.4. Registro de Preços: () SIM (X) NÃO

2- Justificativa:

A contratação na modalidade de Pregão Eletrônico faz-se necessária para que os serviços de vigia noturno continuem sendo prestados a Prefeitura Municipal, serviço essencial para a garantia da segurança e



MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.740.811/0001-28

**Rua Sete de Setembro, Nº. 366
Centro – Manoel Ribas/PR – CEP: 85.260-000**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13/2024

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DE AMPLA
CONCORRÊNCIA**



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024

Aos seis dias de junho de dois mil e vinte e quatro, na sala de Licitações, **O MUNICÍPIO DE RIO AZUL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 75.963.256/0001-01, com Sede à Rua Guilherme Pereira, nº 482, Centro, Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Leandro Jasinski**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 8554510-8, inscrito no CPF sob nº 049.075.609-31 residente e domiciliado na Avenida Manoel Ribas, nº 1907 – MD 01, cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, CEP 84.560-000, adiante simplesmente denominado CONTRATANTE, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 07/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1 As partes acima nomeadas e qualificadas têm entre si, justo e acordado, celebrar a presente Ata de Registro de Preços: **Contratação de Empresa de Segurança e Vigilância para os Eventos da Secretaria Municipal de Cultura**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e pelas condições que estipulam a seguir:

ITENS									
Lote	Item	Código	Descrição	Marca	Unl	Quant	Preço uni	Preço total	
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	1	69792	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PRIVADA PARA EVENTOS DA SECRETARIA DE CULTURA: • SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA, QUE DISPONIBILIZE HOMENS / MULHERES DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS, INSTRUÍDOS PARA OS CUIDADOS DE RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO, BEM COMO SUPORTE DE APOIO TÁTICO DE EMERGÊNCIA PARA REVISTAS E SEGURANÇA PREVENTIVA NOS LOCAIS DOS EVENTOS. (12HRS AO DIA)	PRÓPRIA PRÓPRIO	un	500,00	206,60	103.300,00	
LOTE: 002 - Lote 002	1	69794	Serviços de vigia não armada no período noturno, a serem executados nos locais públicos da administração. Turnos de 12h cada, com revezamento, nos locais indicados	PRÓPRIA PRÓPRIO	D	400,00	190,45	76.180,00	
TOTAL								179.480,00	

Para os itens a cima: **E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**, empresa inscrita com o CNPJ nº 51.461.398/0001-02, com sede na RUA VERÍSSIMO MARQUES, 0 APT UNID 03 - CEP: 83005410



CENTRO, no município de São José dos Pinhais/PR, neste ato representada por **ANA CLEIDE FAVERO**, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº., inscrito no CPF nº.: 054.707.769-64, residente e domiciliado(a) na RUA PAULO SHERTNER, 214 - CEP: 85858660 - BAIRRO: MORUMBI, no município de Foz do Iguaçu/PR, doravante denominada CONTRATADA.

2

1.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO PARA A VIGILANCIA PATRIMONIAL

2.1 A CONTRATADA deverá manter permanentemente os Postos de trabalho nos períodos indicados, nas dependências da CONTRANTE inclusive aos sábados, domingos, feriados, dias santos, pontos facultativos e recesso escolar, conforme solicitação da secretaria e expedição da Nota de empenho.

2.1.2. Os serviços de vigilância, quando solicitados, serão executados, de modo preventivo, para guarda e proteção de bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos e materiais nas áreas internas e externas dos prédios da Prefeitura Municipal de Rio Azul.

2.1.3 O horário da troca de guarda deverá coincidir entre os postos diurno e noturno objetivando a garantia da prestação de serviços durante 24 h (vinte quatro horas), quando for o caso, durante o período solicitado.

2.1.4. Os profissionais alocados nos postos de vigilante, deverão desempenhar as atividades relacionadas abaixo, e todas as outras pertinentes ao cargo:

- Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável indicado pela administração pública, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração;
- Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo;
- Comunicar à Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;
- Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, quando for o caso;
- Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, quando necessário a prestação de serviços for solicitada;
- Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração;
- Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto aos prédios públicos e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços prestados pela Administração pública;



- Proibir a utilização das dependências públicas para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.
- Manter o(s) vigilante(s) em horário de serviços, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

Para a SEGURANÇA DESARMADA

2.1. Da Especificação: De forma objetiva temos que os profissionais designados pela empresa contratada, para a função de segurança em cada evento, deverão, dentro do escopo de suas atribuições, adotar medidas preventivas e repressivas, nos limites de suas tarefas, em uma função complementar às atividades dos órgãos estatais de segurança e serviços, sem prejuízo das competências que são específicas dessas forças, com o fim de prover a segurança de todos os envolvidos no evento, assegurando um ambiente confortável, seguro e de perfeita normalidade e harmonia para os organizadores e público. Tendo-se dentre as atividades principais a serem exercidas: o controle de acesso; o gerenciamento de público; a gestão de multidões e a manutenção da integridade do patrimônio.

2.1.1. Os profissionais de segurança a serem disponibilizados pela licitante para exercício das funções objeto deste termo de referência, deverão possuir, além do curso de vigilante, a respectiva certificação, o respectivo registro junto a Polícia Federal, a Carteira Nacional de Vigilante, bem como o curso de extensão com certificação de segurança para grandes eventos (2), conforme estabelecido no Art. 19 da PORTARIA Nº 3.233/2012-DG/DPF, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nota: será requerido somente para os profissionais (vigilantes) que forem previamente relacionados para desempenho de suas atividades em grandes eventos (acima de 3.000 pessoas/dia).

2.1.1.1. A contratada deverá fornecer equipe de profissionais devidamente treinados, uniformizados, identificados e portadores da CNV (Carteira Nacional de Vigilantes) para exercer as funções de acordo com as especificações e condições mínimas abaixo:

a) O detalhamento das informações para atuação das equipes, por evento, será fornecido pela coordenação da contratante e conterá os dados referentes a:

a.1) o nome do evento, o local de realização, o público estimado/dia e os horários de abertura e encerramento/dia;

a.2) período de execução dos serviços de segurança podem ser requeridos para qualquer das 03 fases de constituição do(s) evento(s) (montagem, execução e desmontagem);

a.3) os horários de início e fim de cada posto de trabalho/vigilante/dia, assim como a respectiva carga horária total/posto/dia/vigilante e turno abrangido (diurno/noturno).

Nota: as cargas horárias a serem demandadas, pela coordenação da contratante, para cada posto/dia/evento, não poderá ser inferior a 08 (oito) horas, nem tampouco superiores a 12 (doze) por profissional;



a.4) o número total de profissionais necessários por turno/dia, bem como a eventual especificação de gênero (feminino e/ou masculino);

a.5) a quantidade total de horas a serem contratadas por evento (diurnos/noturnas) com base no período especificado, nos turnos de trabalho, nas cargas horárias/turnos e nos números de profissionais por turno. (4)

b) A licitante vencedora deverá fornecer uniforme padronizado, preferencialmente na cor preta com colete refletivo com identificação nas costas: **SEGURANÇA**.

c) O uniforme não poderá ser semelhante aos da Polícia Militar.

d). Durante o transcorrer do (s) evento (s), é vedado aos profissionais: fumar, consumir bebida alcoólica ou portar brincos, *piercings*, bonés, chapéus, aparelhos de som (celulares, mp3, etc.) com fones de ouvidos ou qualquer outro objeto ou equipamentos que possa atrapalhar a qualidade do serviço.

e) Todos os componentes da equipe devem portar o documento pessoal de identificação (RG) e também crachá destacado de identificação pessoal, em que conste nome (em destaque) e o sobrenome acompanhado do número do RG.

f) Os profissionais não poderão portar qualquer tipo de arma (revólver, faca, spray de pimenta, arma de choque, algemas, cassetete, etc.)

g) A contratada, na prestação dos serviços, deverá atender rigorosamente (quanto à organização) as solicitações da coordenação do evento, representada por qualquer um de seus membros.

h) A empresa vencedora fornecerá os profissionais devidamente contratados, bem como arcará com todas as despesas para com os mesmos, respondendo ainda por todos os encargos trabalhistas, sindicais, previdenciários e sociais.

i) Todos os componentes da equipe (homens e mulheres, de acordo com a necessidade da coordenação dos eventos) deverão estar presentes no local, uniformizados, e de forma pontual para exercício de suas funções.

2.1.1.2. A lista nominal das equipes, acompanhada das cópias legíveis dos RG's e CNV's (Carteira Nacional de Vigilantes), deverá ser entregue a coordenação do evento no prazo de 48 (quarenta e oito) horas antes do evento, podendo tal prazo ser prorrogado a critério da coordenação.

2.1.1.2.1. A empresa licitante, em face ao objeto licitado, deverá obrigatoriamente atender ao disposto nos parágrafos 4º e 5º da Cláusula Quinquagésima Primeira do Contrato de Trabalho.

Eventos (CCT 2018-2020 SINDESP-RS); devendo comprovar para a contratante, em prazo hábil antes do evento, o devido cumprimento do disposto, sempre que haja a situação prevista na referida cláusula.

2.1.1.2.2. A empresa licitante, em face ao objeto licitado, deverá obrigatoriamente atender ao disposto nos parágrafos 3º do Art.198 da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, devendo comprovar para a contratante, em prazo hábil antes do evento, o devido cumprimento do disposto.

2.2. Do Preço:

Valor máximo aceitável é conforme expresso na tabela constante no Anexo I.

2.3. Do Local e Prazo:

Os serviços deverão ser realizados nos locais, horários e quantidades solicitados pelo órgão contratante (vide alínea "a" do item 3.1.1.1.), que comunicará a licitante vencedora, com no mínimo 07 (sete) dias úteis de antecedência, através do envio de nota de empenho ou Ordem de Serviço.



2.3.1. Os eventos poderão ocorrer em qualquer lugar da cidade de Rio Azul, a exemplo de: ruas, parques, praças, escolas e prédios públicos, e em horários diurnos ou noturnos, em qualquer dia da semana, inclusive finais de semana e/ou feriados.

2.3.2. O período para demanda dos serviços objeto do presente termo será de até 12 (doze) meses, conforme a vigência da Ata de Registro de Preços, a partir da publicação no Diário Oficial do Município.

2.3.3. Não será aceito imposição de quantidade mínima para solicitação da prestação do serviço, devendo a contratada atender nas quantidades e prazos solicitados pelo contratante, no preço adjudicado, até os limites de quantidades contratadas e/ou vigência da Ata de Registro de Preço.

2.4. Ficará por conta da empresa contratada, a instalação/desinstalação de equipamentos e operação durante o(s) evento(s) (se necessário); bem como do transporte, hospedagem e alimentação dos membros de sua equipe de trabalho, não estando computado nas horas trabalhadas, o tempo gasto para deslocamento do pessoal para o local da realização do serviço.

2.5. A execução do serviço de segurança deverá dispor de, no mínimo 04 (quatro) detectores de metais para utilização, quando solicitado, durante o(s) evento(s), e cada funcionário deverá, em todos os eventos, estar munido de rádio de comunicação, fone de ouvido, crachá de identificação e uniforme da empresa contratada.

2.6. A licitante vencedora deverá indicar dentre os profissionais requeridos para cada turno 01 (um) supervisor do grupo de trabalho.

2.7. Da Aceitação: Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Os preços registrados neste processo terão validade de 12 (doze) meses a contar da assinatura deste ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: D.F.D., E.T.P., Termo de Referência, e proposta da licitante.

§ ÚNICO Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A partir da assinatura desta ata de registro de preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

II - A existência da ata de registro de preços não obriga a Administração a firmar contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de outras licitações para aquisição do objeto licitado, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

III - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante a retirada da nota de empenho ou recebimento da ordem de fornecimento, o que ocorrer primeiro.



IV - O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a vigência da ata de registro de preços, a critério da Administração.

V - Quando, por motivo superveniente, o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração tomará as seguintes providências:

a) convocará o fornecedor visando a negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocará os demais fornecedores participantes do certame licitatório que originou o presente registro de preços, em sua ordem de classificação por menor preço, visando igual oportunidade de negociação.

VI - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

§ 1º - Os recursos para custearem as despesas decorrentes da presente ATA serão provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
5790	09.002.13.392.1301.2083	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento das obrigações se dará nos seguintes prazos:

a) 30 (trinta dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e

b) 30 (trinta dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

2. O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

2.1 - O CNPJ da documentação fiscal deverá ser o mesmo da proposta de preço apresentada na respectiva licitação, sob pena de rescisão contratual.

2.2 - No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal comprobatório o prazo de pagamento será interrompido e reiniciará somente após a apresentação de documentação, devidamente corrigida.

3. A nota fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho.

4. Juntamente com a nota fiscal, poderão ser exigidos documentos comprobatórios que demonstrem o cumprimento do objeto pelo contratado.

5. Poderão ser exigidos os seguintes documentos para fins de pagamento:

5.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

5.2 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

5.3 Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do contratado;

5.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e



5.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6 - O pagamento será efetuado conforme emissão de notas fiscais por meio de ordem bancária ou qualquer outro meio idôneo adotado pelo CONTRATANTE, mediante a apresentação de nota fiscal do serviço e dos respectivos documentos fiscais, devidamente atestados, devendo ser efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação vigente.

7 - Dos pagamentos devidos à Contratada poderá ser retido ou deduzido:

- a) os valores correspondentes às multas porventura aplicadas;
- b) os valores correspondentes aos eventuais danos causados ao Poder Executivo de Rio Azul;
- c) quaisquer outros débitos da Contratada para com o Poder Executivo de Rio Azul, independente de origem ou natureza;
- d) os tributos ou outros encargos fiscais previstos em Lei, e que por força desta o Poder Executivo de Rio Azul deve fazer a retenção.

8 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira ou contratual em virtude de penalidade aplicada.

9 - Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais.

10 - Deverão estar incorporados no valor licitado todos os gastos com a execução do objeto.

11 - A Nota Fiscal deverá conter a descrição de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, número da licitação, número do contrato e outros que julgar conveniente, sem apresentar rasura e/ou entrelinhas e devidamente certificada pelo CONTRATANTE.

12 - Solicitamos, também, que o arquivo XML da NF-e emitida seja enviado ao e-mail da tesouraria no mesmo dia de sua emissão: nf_rioazul@hotmail.com.

A Nota Fiscal deverá ser emitida para o seguinte CNPJ.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

CNPJ.: 75.963.256/0001-01

Caso o produto for requisitado pela Secretaria Municipal de Saúde, A Nota Fiscal deverá ser emitida para o seguinte CNPJ:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO AZUL

CNPJ.: 09.423.744/0001-93

Caso o produto for requisitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, A Nota Fiscal deverá ser emitida para o seguinte CNPJ:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO AZUL

CNPJ.: 14.754.494/0001-43

CLÁUSULA OITAVA - DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. A revisão e o reajuste são os instrumentos para a manutenção da linearidade da equação econômico-financeira do fornecedor.

2. O reajuste em sentido estrito se dará mediante a aplicação do índice INPC após interregno de (12) doze meses a contar da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir.



2.1. O reajuste em sentido estrito será realizado mediante requerimento prévio do contratado e será respondido no prazo de até 30 (trinta) dias, desde que esteja devidamente instruído com a planilha de cálculo atualizada.

2.2. Os novos valores contratuais decorrentes de reajuste em sentido estrito terão suas vigências iniciadas da data da publicação do respectivo termo aditivo.

2.3. Firmado termo aditivo de prorrogação contratual sem que o contratante suscite reajuste em sentido estrito ou repactuação, consideram-se ratificados os preços até então contratados.

3. A qualquer tempo, o contratado poderá requerer o equilíbrio econômico-financeiro caso o contrato seja afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes, poderá ser objeto de revisão.

4. Para a avaliação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser considerada a distribuição contratual dos riscos entre as partes, conforme matriz de riscos constante no Estudo Técnico Preliminar;

4.1. Para pleitear a revisão, o contratado deverá formular pedido acompanhado de documentação robusta e indicar claramente os motivos de fato e de direito que geram o dever de revisão do contrato.

4.2. Para que ocorra revisão contratual, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - o evento ser futuro e incerto, constituindo álea econômica extraordinária;

II - o evento ter ocorrido após a apresentação da proposta;

III - que o evento não decorra de culpa da contratada;

IV - a modificação ser substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição do contratante;

V - haver nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;

VI - ser demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

4.3. Após o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a unidade requisitante responsável pelo contrato irá elaborar pesquisa de preços atualizada do serviço, conforme regras de pesquisa de preço, de modo a verificar a ocorrência da onerosidade.

4.4. A Administração Municipal tem o prazo de 30 (trinta) dias para analisar o pedido de revisão.

4.5. Os novos valores contratuais decorrentes de revisão terão suas vigências iniciadas da data da publicação do respectivo termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

1 O contrato/dispensa licitatória deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2 A execução do contrato/dispensa licitatória será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominados:

a) Gestores do contrato/ata de registro de preços:

Gestor: Larissa de Gois

b) Fiscal de contrato/ata de registro de preços:

Fiscal Jenifer Fernanda Markovicz Gueltes

Fiscal Suplente: Raiany Moreira da Silva

Fiscal Paulo Henrique Clazer de Andrade



Fiscal Suplente: Marcia Inês de Oliveira
Fiscal Luciano Sobczak
Fiscal Suplente: Regiane Nóbis
Fiscal Josiane Marcia Brand
Fiscal Suplente: Joziane Ferraz de Lima Skrzeczkowski
Fiscal Nelson Princival
Fiscal Suplente: Gustavo Zem
Fiscal Malia Sênkiv Soares
Fiscal Suplente: Ecinoely Francine Przybycz
Fiscal Marina Woichik Veronez
Fiscal Suplente: Jaqueline Ferreira Camargo
Fiscal: Sebastião Valdecir de Paula
Fiscal Suplente: Raiany Moreira da-Silva

9

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia por escrito do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Município poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

2 - As penalidades serão pela inexecução total ou parcial do contrato o MUNICÍPIO poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - Multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual.

II - Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor não adimplido do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de impedimento do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração deste município pelo prazo de um (01) ano.

III - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de impedimento do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração deste município pelo prazo de dois (02) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública no caso de má fé, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após o licitante ressarcir a Administração por eventuais prejuízos causados.

2.1 - Dentre outros, os seguintes motivos sujeitam a CONTRATADA às penalidades tratadas na condição prevista no Caput:

- Recusa injustificada em assinar o contrato ou receber a nota de empenho;
- Atraso na entrega ou na prestação do serviço, em relação ao prazo proposto e aceito;
- Pelo descumprimento dos preceitos estabelecidos no Edital e/ou no contrato;
- Pela recusa em refazer o serviço, que vier a ser rejeitado no recebimento;
- Pelo descumprimento de alguma das condições e dos prazos estabelecidos neste edital e em sua proposta;

2.2 - Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.



2.3 - A critério do Município, na ocorrência de multa, o valor poderá ser descontado dos valores a serem pagos.

3 - A aplicação das penalidades capituladas no item anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei nº 14.133/2021.

4 - Independente da aplicação das penalidades retro indicadas, a(s) proponente(s) ficará(ão) sujeita(s), ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes

verificada em nova contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

5 - Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada e deverá obrigatoriamente ser comunicado o Tribunal de Contas do Estado.

6 - As multas aplicadas serão deduzidas do valor total do contrato ou da parcela de pagamento relativa ao evento em atraso, independentemente de notificação ou aviso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

A presente ata somente terá eficácia depois de publicado o seu extrato nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS NOTIFICAÇÕES

Toda e qualquer notificação encaminhada ao endereço da CONTRATADA, constante no preâmbulo desta Ata de Registro de Preços, será considerada regular e legal, independente de quem tenha recebido a comunicação/notificação/intimação/oficiamento, pelo que não serão aceitas alegações futuras de desconhecimento ou ausência de vínculo ou poderes por parte do recebedor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rebouças, neste Estado, para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente Ata de Registro de Preços, renunciando a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Firmam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

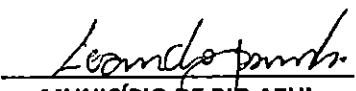
Rio Azul, 13 de junho de 2024.

RIO AZUL

Governo Municipal
ADMINISTRAÇÃO 2021 - 2024



220
☎ |42| 3463-1122
🌐 www.rioazul.pr.gov.br
✉ contato@rioazul.pr.gov.br


MUNICÍPIO DE RIO AZUL

Leandro Jasinski

CONTRATANTE

E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA
LTDA:514613980001
02

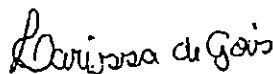
Assinado de forma digital por
E.P.S. VIGILANCIA E
SEGURANCA
LTDA:51461398000102
Dados: 2024.06.14 08:22:27
+03'00'

E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

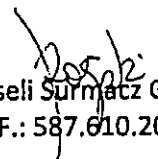
ANA CLEIDE FAVERO

CONTRATADA

Testemunhas:


Larissa de Gois

CPF.: 110.141.029-95


Roseli Surmatz Gurski
CPF.: 587.610.209-15

MUNICIPIO	VALOR	FONTE	DATA
PALOTINA (PR)	4211,24	HOMOLOGAÇÃO LTC 11/2024	03/05/2024
RIO AZUL (PR)	7237,1	ATA 181-2024	13/06/2024
MANOEL RIBAS	10898,4	CONTRATO 43/2024	18/06/2024
	22346,74		
	7448,913		



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A PESQUISA DE PREÇOS COM FORNECEDORES

Eu, Luiz Carlos Lemes, brasileiro, lotado na Secretaria de Administração, na função de Secretário, residente e domiciliado nesta cidade, DECLARO que os preços previstos na solicitação de Dispensa de Licitação para contratação de empresa que preste serviços de vigia noturno, desarmado, estão de acordo com os valores praticados no mercado com empresas do ramo atinente ao objeto do contrato, não existindo qualquer vínculo entre as empresas/fornecedores escolhidos para consulta de mercado, já que a consulta se deu nos sites/portais de transparência de outros entes públicos e farão parte o referido processo.

Declaro que não houve fornecimento de modelo para cotação por parte desta secretaria.

Declaro ainda que foram utilizados todos os recursos para evitar sobre preço, sendo os valores definidos na solicitação da licitação o real valor de mercado atualmente.

Certifico como verdadeiras as informações contidas na pesquisa de preços realizadas, responsabilizando-me por sua veracidade.

Ivaí (PR), 27 de agosto de 2024.

Nome do Servidor: Luiz Carlos Lemes

Cargo do servidor: Secretário Municipal

Secretaria de Lotação: Administração



Município de Ivaí - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em : 27/08/2024

Em anexo

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Sí
SECRETARIA DE SAÚDE					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	75
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	75
10.301.1001.2041 Ajudas Assistencia Médica Odonto e Sanitaria					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	75
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	75
01890 E 00303 0303/01/02/00/00 Saúde - Recetas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	75
Total Geral					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	75

Crêterios de seleção:

Data do cálculo: 27/08/2024
Contas de despesa: 1890



Município de Ivaí - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 27/08/2024

Equiplano

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte do recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APU/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	S
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					1.650.000,00	1.650.000,00	369.189,39	1,2
10.301.1001.2041 - Atividades Assistencia Médica Odonto e Sanitaria					1.650.000,00	1.650.000,00	369.189,39	1,2
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					1.650.000,00	1.650.000,00	369.189,39	1,2
01890 E 00000 0000/01107/00/00 Recursos Ordinários (Livres)					1.650.000,00	1.650.000,00	369.189,39	1,2
Total Geral					1.650.000,00	1.650.000,00	369.189,39	1,2

Crerérios de seleção:
Data do cálculo: 27/08/2024
Contas de despesa: 1890



Município de Ivaí - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 22/08/2024

000 29

Equiplano

Página: 1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F, PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)				Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
09 SECRETARIA DE SAÚDE				3.600.000,00	3.600.000,00	2.735.447,87	864.552,13
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				3.600.000,00	3.600.000,00	2.735.447,87	864.552,13
10.301.1001.2041 Atividades Assistencia Médica Odonto e Sanitária				3.600.000,00	3.600.000,00	2.735.447,87	864.552,13
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
01890 E 00303 0303/01/02/00/00 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)				3.600.000,00	3.600.000,00	2.735.447,87	864.552,13
Total Geral				3.600.000,00	3.600.000,00	2.735.447,87	864.552,13

Crerícios de seleção:

Data do cálculo: 22/08/2024
Contas de despesa: 1890



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

DECLARAÇÃO DE DISPENSA PRESENCIAL EM RAZÃO DO VALOR

Declaramos para os devidos fins que, até o presente momento, não foi extrapolado o limite fixado no art. 75, incisos I e II, da Lei 14.133/2021, conforme elemento despesa:

Plano Padrão – Despesa orçamentária	Valor (R\$)
Conta de despesa	
08 SECRETARIA DE SAUDE	14.400,00
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.1001.2041 Atividades Assistência Médica Odonto e Sanitária	
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
01890	

Objeto: Dispensa presencial em razão do valor para contratação de vigias noturno para o Novo Hospital Municipal.


Marcio Marques

Diretor do Departamento de Finanças



TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

- Secretaria demandante: Secretaria de Saúde
- Responsável: Alan Gregori Mocelim

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado

Contratação de serviços de vigia noturno.

2.2. Natureza do objeto

Serviço comum.

2.3. Fundamento da contratação

O presente processo se trata de uma dispensa baseada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a qual não possuirá a realização de Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 025/2023. Ainda, todas as informações necessárias estarão presente neste documento..

2.4. Justificativa da contratação

A presente contratação é de extrema importância, tendo em vista a iminente inauguração do Novo Hospital Municipal e a saída da construtora contratada, responsável pelo guarneamento do local.

Com a reta final das obras realizadas, estão sendo colocados diversos equipamentos médicos no interior do local, os quais não podem ficar sem a sua devida vigilância, pois se trata de itens muito importantes para o atendimento hospitalar de toda a população.

Ainda, tal serviço era realizado pela empresa construtora responsável pelas obras e, com o fim delas, este Município se torna incumbido de fornecê-lo até o início de seu funcionamento.

Além disso, analisa-se o valor a ser dispensado para tal contratação, o qual foi estipulado a partir de uma busca de mercado, chegando-se a uma média de R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

6.176,24 mensais para a contratação de 1 vigia. Para a vigilância do local requerido, será necessária a contratação de 2 vigias, estimando-se um valor de R\$24.704,98 (vinte e quatro mil e setecentos e quatro reais e noventa e oito centavos) no total. Todavia, esclarece-se que o valor repassado pela empresa contratada foi ainda menor que o valor estipulado, sendo R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) mensais para 1 vigia, totalizando o valor de R\$ 14.400 (quatorze mil e quatrocentos reais), desta forma, estando perfeitamente possível nos moldes do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Por fim, ressalta-se que a obra está em fase final e a contratação deve ser solicitada dentro do prazo de 2 meses estipulado para a abertura do hospital. Durante esse período, não haverá pessoal presente à noite, nos finais de semana e feriados, sendo necessária a contratação de vigilância.

Assim, demonstra-se que a referida contratação é indispensável, proporcionando o cuidado a esta obra tão importante.

2.5. Requisitos da contratação

Tal contratação deverá ser de vigias no período noturno, de forma desarmada.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Especificação e quantidades da solução:

As quantidades foram baseadas a partir do período a ser utilizado tal serviço, desta forma, a unidade de medida a ser utilizada serão os meses contratados para vigilância. Assim, foi estipulado uma quantia a ser utilizada nestes meses contratados, sendo calculados os dias no período noturno que serão pagos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
01	A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados para realizar o serviço de vigia, garantindo a segurança e a integridade do local designado. A prestação do serviço ocorrerá diariamente, totalizando 12 (doze) horas por dia, a jornada de trabalho será das 19h00 às 07h00. O vigia será responsável por monitorar, zelar e proteger o patrimônio, prevenindo e inibindo situações de risco, e reportando quaisquer incidentes conforme necessário.	MÊS	2



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

3.2. Prazo para início da execução do objeto

Será imediato, a partir da publicação do contrato.

3.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto

A execução ocorrerá imediatamente, após a publicação do contrato e acontecerá pelo período de 2 (dois) meses, até a abertura do novo hospital.

3.4. Local de entrega ou execução

Novo Hospital Municipal.

3.5. Exigências a serem feitas após a entrega/execução?

3.5.1. Garantia exigida do objeto e prazo:

Não se aplica.

3.5.2. Condições de assistência técnica:

Não se aplica.

3.5.3. Exige respeito às normas específicas de descarte? Quais são as normas específicas de descarte?

Não se aplica.

4. DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Para contratação de vigias noturno, será contratada uma empresa pertencente a este Município através de dispensa presencial, devido o valor a ser dispensado para tal contratação, o qual perfaz a quantia de R\$ 14.400,00, enquadrando-se no previsto art. 17 do Decreto Municipal nº 025/2023, o qual dispõe sobre a desobrigação de dispensa eletrônica neste Município, conforme art. 176, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Observa-se que há uma vantagem do fornecimento imediato pela emergência da contratação, além do fomento a economia municipal, além de estar abaixo do valor de mercado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivai - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

5.1. Resultados pretendidos a contratação:

Pretende-se garantir a proteção desta obra tão importante, garantindo o resguardo dos materiais e equipamentos, bem como a monitoração do local para assegurar que ninguém não-autorizado entre no local.

5.2. Forma de execução do contrato

Fornecimento imediato.

5.3. Prazo de vigência do contrato e limite para a renovação (quando houver)

2 meses a partir da assinatura do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Requisitos anteriores à execução

Não se aplica.

6.1.1. Garantia financeira do contrato:

Não se aplica.

6.2. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle

No acompanhamento da execução do contrato será realizado uma supervisão das diárias dos vigias, além do monitoramento do saldo disponível e a fiscalização do serviço prestado durante o período contratado.

6.3. Obrigações específicas do contratado

Não se aplica.

6.4. Obrigações específicas do Município:

Não se aplica.

6.5. Requisitos posteriores à execução:



Não se aplica.

6.6. Infrações e penalidades do Contrato

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

7. EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA A CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE DISPENSA – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

- Cópia do contrato social;
- Alvará de localização;
- CND Receita Federal;
- CRF-FGTS Caixa Econômica Federal;
- CND Municipal;
- CND Estadual;
- CNDT-TST
- Cartão CNPJ/MF
- Certidão simplificada da junta comercial;
- Certidão de falência e concordata;

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Prazo de pagamento:

O prazo de pagamento será de 30 dias, a partir da emissão da nota fiscal fornecida pela empresa.

8.2. Haverá Remuneração Variável?

☐ Sim ☒ Não

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor estimado total da contratação:

R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

9.2. Data da conclusão da formação de preço:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

29 de agosto de 2024.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Previsão orçamentária para a contratação

Existe previsão orçamentária.

10.2. Rubrica orçamentária para a contratação

Conforme documento anexo.

11. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

Secretaria de Saúde

Ivaí- PR, 30 de agosto de 2024.


Alan Gregori Mocelim



Município de Ivaí
Solicitação 258/2024

Equipiano

Página:1

Solicitação			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de Itens
258	Contratação de Serviço	27/08/2024	2
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
135860-0	ALAN GREGORI MOCELIM	01/2024	
Local			
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE		
Órgão			
08	SECRETARIA DE SAUDE		
Forma de pagamento		Tipo	
Descrição		Depósito bancário	
Entrega		Prazo	
Local		Dias	

Descrição:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigia desarmado, período noturno, feriados e finais de semana, com carga horária de 12 horas/dia.

Justificativa:

É necessária para garantir a segurança e a integridade do patrimônio durante o período estabelecido.

Lote				
001 Lote 001				
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário
048845	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço	M	2,00	3.600,00
	A empresa contratada deverá disponibilizar profissional qualificado para realizar o serviço de vigia, garantindo a segurança e a integridade do local designado.			
	O vigia será responsável por monitorar, zelar e proteger o patrimônio, prevenindo e inibindo situações de risco, e reportando quaisquer incidentes conforme necessário.			
048850	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço	M	2,00	3.600,00
	A empresa contratada deverá disponibilizar profissional qualificado para realizar o serviço de vigia, garantindo a segurança e a integridade do local designado.			
	O vigia será responsável por monitorar, zelar e proteger o patrimônio, prevenindo e inibindo situações de risco, e reportando quaisquer incidentes conforme necessário.			
TOTAL				14.400,00
TOTAL GERAL				14.400,00

00038



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO

MEMO/2024

DE: PREFEITO MUNICIPAL

PARA: SETOR DE LICITAÇÕES

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e os termos da Lei Federal nº 14.133/21 de 1º de abril de 2021, **AUTORIZO** o **INÍCIO** da **DISPENSA** cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigia desarmado, período noturno, feriados e finais de semana, com carga horária de 12 horas/dia.**

Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

Ivaí - PR, 28 de Agosto de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomear membros para a Comissão Municipal

Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovalczuk

Egislaine Zubacz

Márcia Luciene Kobilarz

Patrícia Bobek

Reginaldo Koryelo

Sérgio Canterl

Pregoeiro:

Marcia Luciene Kobilarz

Pregoeiro Substituta:

Kella Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Marcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Kella Storer Bueno

Agente de Contratação:

Marcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Kella Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kovalczuk

Bianca Vitória Antunes da Silva

Cristiane Kovalczuk

Egislaine Zubacz

João Aurélio Stüpp

José Eraldo Graniska

Kella Storer Bueno

Márcio Marques

Mayara Francini Kollitski

Patrícia Bobek

Sara Reifur

Sérgio Canterl

Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

000039

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de janeiro de 2024.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARA FERNANDA DA SILVA
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:32103F7B

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 002/2024 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivai, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kowalczyk
Egislaine Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Márcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Márcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Keila Storer Bueno

Agente de Contratação:

Márcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Keila Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kowalczyk
Bianca Vitória Antunes da Silva
Cristiane Kowalczyk
Egislaine Zubacz
João Aurélio Stüpp
José Eraldo Graniska
Keila Storer Bueno
Márcio Marques
Mayara Francini Kolitski
Patrícia Bobek
Sara Reifur
Sérgio Canteri
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:E64C5186

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 003/2024 SÚMULA: DESIGNA FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 003/2024

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivai - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;
José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Luiz Carlos Lemes - Secretária Municipal de Administração;
Marcelo Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolyn Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;
Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Márcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA N° 003/2024

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

**Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;
José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Luiz Carlos Lemes - Secretária Municipal de Administração;
Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;**

Fiscais:

**Carolyne Byczkovski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kovalczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;
Jelson Slombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Marcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;**

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de janeiro de 2024.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARA FERNANDA DA SILVA
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:32103F7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 002/2024 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kowalczyk
Egislaine Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Márcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Márcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Keila Storer Bueno

Agente de Contratação:

Márcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Keila Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kowalczyk
Bianca Vitória Antunes da Silva
Cristiane Kowalczyk
Egislaine Zubacz
João Aurélio Stüpp
José Eraldo Graniska
Keila Storer Bueno
Márcio Marques
Mayara Francini Kolitski
Patrícia Bobek
Sara Reifur
Sérgio Canteri
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:E64C5186

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 003/2024 SÚMULA: DESIGNA FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 003/2024

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;
José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Luiz Carlos Lemes - Secretário Municipal de Administração;
Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolyne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;
Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Marcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador: E2552A85

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 004/2024 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS
PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE
COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE
2024.

PORTARIA Nº 004/2024

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivai durante o exercício de 2024, será assim composta:

Carolynne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Marcio Grochaski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 002/2023, de 03/01/2024.

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador: 977EBFE0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 306/2021 LICITAÇÃO Nº
186/2021 PREGÃO Nº 130/2021 PROCESSO ELETRÔNICO
Nº 130/2021

4º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 306/2021
LICITAÇÃO Nº 186/2021
PREGÃO Nº 130/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

O Município de Ivai, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivai - PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, brasileiro, casado, residente em Ivai - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominados CONTRATANTES, e a empresa FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Rui Barbosa, nº 440, Centro, Ivai/PR, 84460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.095.456/0001-95, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora Fernanda Caroline Bueno Pereira, brasileira, casada, residente à Rua Rui Barbosa, nº 450, Centro, em Ivai/PR, portadora da cédula de

identidade nº 10.984.127-7 SSP/PR, do CPF/MF nº 089.473.959-00, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. - Lote 003.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 28/02/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

Ivai (PR), 22 de dezembro de 2023.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal

FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA -
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador: F934C017

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 001/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024
(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: Locação de som de pequeno porte para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes.
Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 17/01/2024 - 13h45min.
Data de início da fase de LANCES: 17/01/2024 - a partir das 14h00min.
Endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 03 de janeiro de 2024

MARCIA LUCIENE KOBILARZ -
Agente de Contratação

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: A898208A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 002/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024
(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: Aquisição de tonners, peças e tintas para uso das Escolas Municipais.
Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 18/01/2024 - 13h45min.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA Nº 004/2024

**Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de
Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício
de 2024.**

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2024, será assim composta:

Carolynne Byczkovski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kovalczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Marcio Grochoski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 134/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador:E2552A85

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 004/2024 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 004/2024

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivai durante o exercício de 2024, será assim composta:

Carolynne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowaleczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;

José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Marcio Grochowski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0024/2023, de 03/01/2024.

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador:977EBFE0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 306/2021 LICITAÇÃO Nº 186/2021 PREGÃO Nº 130/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

4º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 306/2021

LICITAÇÃO Nº 186/2021

PREGÃO Nº 130/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

O Município de Ivai, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivai - Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivai - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominados **CONTRATANTES**, e a empresa **FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA**, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Rui Barbosa, nº 440, Centro, Ivai/PR, 84460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.095.456/0001-95, neste ato denominada **CONTRATADA**, representada pela Senhora **Fernanda Caroline Bueno Pereira**, brasileira, casada, residente à Rua Rui Barbosa, nº 450, Centro, em Ivai/PR, portadora da cédula de

identidade nº 10.984.127-7 SSP/PR, do CPF/MF nº 089.473.959-00, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. - Lote 003.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 28/02/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

Ivai (PR), 22 de dezembro de 2023.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -

Prefeito Municipal

FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA -

Representante Legal

Publicado por:

Karen Zelinda Dos Santos

Código Identificador:F934C017

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 001/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Locação de som de pequeno porte para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 17/01/2024 - 13h45min.

Data de início da fase de LANCES: 17/01/2024 - a partir das 14h00min.

Endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 03 de janeiro de 2024

MARCIA LUCIENE KOBILARZ -

Agente de Contratação

Publicado por:

Keila Storer Bueno

Código Identificador:A898208A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 002/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de tonners, peças e tintas para uso das Escolas Municipais.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 18/01/2024 - 13h45min.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

ANEXO

LISTA DE VERIFICAÇÃO (Licitação para Compras e Serviços)

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
Houve abertura de processo administrativo?		
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?		
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções?		
Consta documento de formalização de demanda?		
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?		
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?		
Há Estudo Técnico Preliminar?		
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?		
Há Análise de Riscos?		
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?		
Há termo de referência?		
O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária?		
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo?		
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?		
Caso o TR contemple exigências de		

000044



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las?		
Os autos estão instruídos com o edital da licitação?		
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização?		
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?		
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado?		
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos?		
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos?		
Foi verificada a existência de contradição de informações entre o DFD, ETP, TR e Edital?		
Foram utilizadas minutas padronizadas e atualizadas?		

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fis.)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação?		
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto?		
A pesquisa de preços observou o Decreto Municipal?		
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas?		
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação?		



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?		
--	--	--

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / IPM)
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo?		
Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições?		
Há justificativa para utilização ou não de sistema de registro de preços?		
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada?		
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?		
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento?		
Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?		
No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?		
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias?		
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?		
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?		
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?		
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?		

000045



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / IPM)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização?		
Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento?		
Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços?		
Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo?		
Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos?		
Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?		
Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato?		
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?		

RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA DA LISTA DE VERIFICAÇÃO

(Licitação para Compras e Serviços)

NOME DO SERVIDOR

Matrícula Funcional



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

CHECKLIST:

DOCUMENTAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

- **Cópia do Contrato Social**
 - Verificar se a cópia está atualizada e completa.
- **Alvará de Localização**
 - Conferir validade e se está emitido pela prefeitura correspondente.
- **Certidão Negativa de Débitos (CND) da Receita Federal**
 - Certificar-se de que a CND está válida.
- **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) - Caixa Econômica Federal**
 - Verificar a validade e autenticidade do certificado.
- **Certidão Negativa de Débitos (CND) Municipal**
 - Confirmar que a certidão está em dia com o município.
- **Certidão Negativa de Débitos (CND) Estadual**
 - Garantir que a certidão está válida e atualizada.
- **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNTD) - Tribunal Superior do Trabalho (TST)**
 - Verificar validade e se está emitida corretamente.
- **Cartão do CNPJ**
 - Certificar-se de que o cartão está atualizado.
- **Certidão Simplificada da Junta Comercial**
 - Confirmar se a certidão reflete a situação atual da empresa.
- **Certidão de Falência e Concordata**
 - Verificar se a certidão está atualizada e dentro do prazo de validade.
- **Dados Bancários para Pagamento (Pessoa Jurídica)**
 - Confirmar a veracidade e precisão dos dados bancários fornecidos.
- **Informações do Responsável para Assinatura do Contrato**
 - Verificar os dados pessoais e a documentação do responsável legal.
- **Observações:**
- Todas as certidões devem estar dentro do prazo de validade exigido.
- Conferir se todos os documentos estão assinados e carimbados, quando necessário.
- Digitalizar e armazenar cópias dos documentos para futuras referências.

000046



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

PARECER JURÍDICO nº 010/2024

SOLICITAÇÃO 258/2024
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ASSUNTO: DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR (ART. 75, II)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGIA.

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGIA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 75, II, DA LEI Nº 14.133/2021. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. PARECER FAVORÁVEL COM CONDIÇÕES.

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica de processo de dispensa de licitação em razão do valor, com vistas à viabilização da **Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Vigia**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 2 meses.

Os autos foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos, no que importa à presente análise:

- a) Documento de Formalização de Demanda - DFD, fls: 01 a 04;
- b) Pesquisa de Mercado, fls: 05 a 25;
- c) Declaração de Responsabilidade Sobre a Pesquisa de Preços, fls: 26;
- d) Bloqueio orçamentário, fls: 27 a 29;
- e) Termo de Referência, fls: 30 a 36;
- f) Solicitação nº 258/2024, Fls: 37;
- g) Declaração de que não foi extrapolado o limite para dispensa fixado no art. 72, II para a despesa;
- h) Autorização para abertura do processo de dispensa; fl. 38;
- i) Decretos e Portarias, fls: 39 a 43;
- j) CheckList de documentos, fl. 46;
- k) Documentos da Empresa, fls 47 a 62;

Na sequência, o processo foi remetido à Procuradoria-Geral para análise prévia dos aspectos jurídicos do processo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

00047

10



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

É o breve relatório.

II. DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, salienta-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos da consulta, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, econômica e financeira, próprios do mérito da Administração, e, portanto, alheios às atribuições desta Procuradoria.

O art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, a exemplo do que ocorria no âmbito da Lei nº 8.666/1993, dispõe sobre a obrigatoriedade de envio dos processos licitatórios para análise do órgão de assessoramento jurídico competente. Confira-se:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

Ademais, nos termos do art. 3º, II e IV da Lei Municipal nº 951/2010, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente. Tampouco cabe a esta Procuradoria Geral examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

De mais a mais, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da correlação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, podendo ser aplicável à advocacia pública municipal:

Enunciado BPC nº 7



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, **evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos**, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Ainda, convém sublinhar que parte das observações expendidas por este núcleo de assessoramento jurídico não passam de recomendações, com vistas a salvaguardar a autoridade administrativa assessorada.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro da sua esfera de competências.

No âmbito local ao DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO, previsto legalmente na Lei de nº 1.426/2022¹, anexo I, possui atribuições próprias de gerenciamento, supervisão e avaliação de todo o processo licitatório.

Ressalte-se, por fim, que os agentes envolvidos na tramitação processual devem possuir competência para a prática dos atos atinentes ao feito, cabendo-lhes aferir a exatidão das informações constantes dos autos, zelando para que todos os atos processuais sejam praticados por aqueles que detenham as correspondentes atribuições.

Assim, este parecer jurídico se limitará à análise formal do pedido formulado, ou seja, sua adequação à legislação que versa sobre a matéria.

III. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

a) DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR, ART. 75, II, DA LEI 14.133/2021.

A Constituição da República Federativa do Brasil impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cuja finalidade é

¹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/i/ivai/lei-ordinaria/2022/143/1426/lei-ordinaria-n-1426-2022-define-atribuicoes-dos-cargos-em-comissao-criados-pelas-leis-municipais-734-2005-823-2007-842-2008-e-1115-2015?q=734>

000 48 18



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

propiciar a contratação mais vantajosa à Administração.

Entretanto, a Carta Magna prevê expressamente a existência de casos que excepcionam o dever de licitar, isto é, são os casos das licitações tidas por inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis.

Desta feita, convém observar que a Lei nº. 14.133/2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível.

Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Constituição Federal 1988

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Lei 14.133/2021

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Disso se extrai que apenas nos casos expressos em lei é viável ao administrador a aquisição de bens ou a contratação de obras ou serviços sem prévio procedimento licitatório, consignando-se que as hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação estão ora previstas nos arts. 74 e 75 da Lei 14.133/2021,



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

respectivamente.

Convém ressaltar que a realização do certame é a regra, contudo, a própria lei de licitações prevê situações em que é mais vantajoso para a Administração, a formalização da contratação direta, ou seja, sem que haja a necessidade do procedimento licitatório.

Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

Quer dizer, excepcionar a regra de realização de licitação não significa que não haja formalidades a serem observadas pelo administrador e requisitos a serem preenchidos para viabilizar a contratação direta.

Assim, conforme previsão do Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), com atualização dos valores através do Decreto nº 11.871/2023, trouxe em seu texto a possibilidade de realizar dispensa de licitações para contratação que envolva valores até R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras.

DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

ANEXO

Art. 75, caput, inciso II - R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)

A possibilidade de realização de dispensa em razão do valor, nos termos do art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, foi defendida pela requerente no item 2.4 do Termo de Referência, com base no valor máximo estimado (R\$ 24.704,98), bem como no menor orçamento obtido para a Contratação (R\$ 14.400,00), da empresa que se busca contratar.

Diante disto, faz-se extremamente relevante a observância dos requisitos formais de regularidade nos casos de contratação direta por dispensa em razão de valor. Nesses casos, é necessário que o processo observe os

000 49 B



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

elementos previstos, inclusive, no art. 72, da referida Lei, que seguem:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Como já citado acima, o intuito da dispensa de licitação é dar celeridade às contratações indispensáveis para restabelecer a normalidade. Além disso, a contratação direta não significa burlar aos princípios administrativos, pois a Lei exige que o contrato somente seja celebrado, após procedimento simplificado de concorrência, suficiente para justificar a escolha do contratado, de modo a garantir uma disputa entre potenciais fornecedores.

Diante do acima exposto, é possível verificar que os incisos I, II, IV, V, VI, VII e VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 foram atendidos.

Há nos autos : Documento de Formalização de Demanda, Termo de Referência com elementos da contratação, razão da escolha do contratado, justificativa de preço e justificativa de dispensa de Estudo Técnico Preliminar (Art. 14, I da IN nº 58/2022, aplicada subsidiariamente ao Município, conforme Decreto nº 025/2023 e art. 2º, §4º do Decreto Municipal nº 029/2023²), estimativa de despesa com demonstração de compatibilidade com compromisso a ser

² Art. 2º O procedimento de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído na seguinte ordem: (...) § 4º A elaboração do estudo técnico preliminar e análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I- contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites do incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, independente da forma de contratação;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

assumido, comprovação dos requisitos mínimos para habilitação (caso se mantenha como contratado), devendo ser verificado novamente o cumprimento em caso de proposta mais vantajosa superveniente (art. 75, §3º), justificativa de preço e autorização da autoridade competente para iniciar o processo, devendo ser emitida também ao final.

Em que pese o artigo 14 do Decreto Municipal nº 025/2023, dispensar alguns documentos para a dispensa em razão do valor (art. 75, I e II), a requisitante apresentou termo de referencia com a compilação de vários elementos exigidos na formalização da contratação direta, o que mostra uma boa prática. De forma que dispensou apenas, o Estudo Técnico Preliminar e a Análise de Riscos da Contratação³.

Relativo à pesquisa de preços, é preciso ressaltar acerca da necessidade de a Administração estimar a despesa, a qual deverá ser calculada com base na forma estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/21. Quanto à pesquisa de preços, o referido art. 23 disciplinou o seguinte:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante

³ Art. 14º. Nas contratações com base no 75, I e II da Lei 14.133/2021, fica dispensada a realização de estudo técnico preliminar, realização de análise de riscos, elaboração de termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, exceto quando se tratar de serviços que as particularidades do objeto exijam, em atendimento ao art. 70, III da Lei 14.133/2021

000506



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V- pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

VI [...]

VII §4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Ademais, ao regulamentar a contratação direta no âmbito Municipal, o Decreto nº 029/2023, assim dispôs quanto a pesquisa de preços:

Art. 4º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - caracterização das fontes consultadas;

III - série de preços coletados;

IV- método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; V- justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VI- memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;

VII- justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta junto aos fornecedores; e

VIII- data, identificação e assinatura do servidor responsável.

Os documentos relativos à pesquisa de preços encontram-se acostados aos autos, fls. 05 a 25, acompanhada de Declaração de Responsabilidade Sobre a Pesquisa de Preços, assinada pelo Senhor LUIZ CARLOS LEMES, onde se informa as fontes consultadas, afirma ser o valor real de mercado, bem como a utilização de todos os métodos para evitar sobre preço, a qual presume-se verdadeira.

Em tempo, não foi identificada nos autos, Proposta de Preços na importância de R\$ 14.400,00, conforme defende a requisitante, a qual deverá ser prontamente atuada.

Considerando a aprovação pela Solicitante, vez que não cabe a



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

esta Procuradoria auditar os aspectos técnicos e mercadológicos da pesquisa efetuada, a análise aqui empreendida se circunscreve apenas aos aspectos legais envolvidos na pretensão de contratação direta.

No que se refere ao inciso III, será atendido pela emissão do presente Parecer Jurídico.

O Decreto Municipal nº 029/2023, por sua vez, além das disposições contidas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, requer também o atendimento dos seguintes requisitos: **IV- minuta do contrato, se for o caso e IX - checklist de conformidade.**

Observa-se a ausência de minuta de contrato para análise desta assessoria, portanto, presume-se a dispensa do Termo Contratual, conforme art. 95, I da Lei nº 14.133/2021.

Caso for utilizado termo contratual, sugere-se a minuta padrão da Advocacia Geral da União para contratação direta, aprovada por esta assessoria, adequada ao caso concreto, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/contratacao-direta>.

Por meio da justificativa apresentada e dos documentos acostados aos autos, verifica-se a subsunção para com a dispensa de licitação em razão do valor, vez que nos autos, a requisitante apresentou declaração de que não houve, até o presente momento, extrapolação do limite fixado para o elemento de despesa, requisito indispensável para a aferição do cabimento disposto na Lei de Licitações, bem como no Decreto Municipal nº 029/2023, segundo o qual:

Art. 12. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, deverá ser observado o somatório do que for despendido no exercício financeiro, em cada unidade gestora, por objetos de mesma natureza ou subelemento de despesa, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Parágrafo único. A opção pela contratação direta de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 da Lei nº 14.133, de 2021, não implica a criação de limites distintos para o somatório previsto neste artigo.

00051 *AB*



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Ademais, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação do Departamento de Finanças.

Por ser questão de ordem técnica, incumbida ao Departamento de Finanças, não compete a esta assessoria manifestar-se quanto a adequação da despesa ao caso concreto.

Feitas tais análises, compreende-se que a realização de procedimento licitatório específico oneraria ainda mais os cofres públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão.

Sobre o procedimento de contratação direta, o ilustre Justen Filho, adverte:

Tal como afirmado inúmeras vezes, é incorreto afirmar que a contratação direta exclui um "procedimento licitatório". Os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação envolvem, na verdade, um procedimento especial e simplificado para a seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Há uma série ordenada de atos, colimando selecionar a melhor proposta e o contratante mais adequado. "Ausência de licitação" não significa desnecessidade de observar formalidades prévias (tais como verificação da necessidade e conveniência da contratação, disponibilidade de recursos etc). Devem ser observados os princípios fundamentais da atividade administrativa, buscando selecionar a melhor contratação possível, segundo os princípios da licitação.

Ressalta-se que os contratos decorrentes de afastamento de licitação costumam ser vistos com maior rigor pelos órgãos de controle, motivo pelo qual é recomendável que a Administração reúna todos os elementos ao seu alcance para demonstração da razoabilidade dos preços, visando afastar eventuais questionamentos apontando para superfaturamento de preços, comprometendo a eficácia do ajuste.

Neste sentido, importante ressaltar o previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, **serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e**



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Assim, para obter preços mais vantajosos dos serviços requisitados, faz-se necessário que a Administração dê publicidade à intenção de realizar contratação com a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

Em que pese conste no processo justificativa para a não realização de dispensa eletrônica, **não há justificativa para afastar a publicação, conforme o artigo em comento**, bem como o disposto no Decreto Municipal nº 029/2023, segundo o qual:

Art. 7º Para busca do melhor preço na contratação, o procedimento para dispensa de licitação será divulgado em site ou sistema eletrônico oficial do Município de Ivaí, o qual encaminhará e-mail automaticamente aos fornecedores cadastrados para apresentação de propostas e consulta eletrônica, pelo prazo mínimo de três dias úteis. **§ 1º A inviabilidade, a impossibilidade, inexecutabilidade ou ineficiência do procedimento previsto no caput deve ser justificada nos autos, com a indicação da medida alternativa de garantia da impessoalidade e busca pelo melhor preço.**

Desta forma, deve ser preferencialmente atendido o disposto no art. 75, §3º da Lei nº 14.133/2021 e no caput do art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2023. Havendo impossibilidade, que seja acostada aos autos justificativa nos termos do §1º do art. 7º do referido decreto, como condição para a contratação.

Por fim, deve ser observado, como condição de eficácia, conforme art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual: **o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.**

IV. CONCLUSÃO

Ante o exposto, com base nos documentos e informações até aqui

00052 10



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

colacionados, ressalvados os aspectos técnicos, econômicos, financeiros e as ponderações de conveniência e oportunidade, próprios do mérito da Administração, e, portanto, alheios às atribuições deste órgão jurídico, **desde que cumpridas todas as ressalvas apontadas no corpo deste parecer**, conclui-se pela viabilidade jurídica da contratação em análise, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, **bem como as a seguir discriminadas:**

- a) Deve ser acostado aos autos checklist de conformidade, conforme modelo anexo;
- b) Deverá anexar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e cadastros locais de suspensão, impedimento ou inidoneidade, referente a empresa a ser contratada.
- c) Apresentar Termo de Declarações, assinado pela empresa a ser contratada, conforme modelo do anexo II;
- d) **Adicionar proposta da empresa a ser contratada, em conformidade com as informações do termo de referência;**
- e) realizar a paginação oficial do processo de contratação, nos termos do Art. 22, §4º da Lei nº 9.784/1999⁴ (páginas numeradas sequencialmente e rubricadas);
- f) **devem ser providenciadas as assinaturas nos documentos faltantes;**

No cumprimento das providências elencadas, opina-se por seu prosseguimento, dispensando nova apreciação jurídica.

Não obstante, importante ressaltar, que, nos termos do art. 73 da

⁴ Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir. (...)

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Lei nº 14.133/2021, na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Entrementes, destaca-se que este parecer jurídico tem natureza meramente consultiva, de forma que a autoridade não se vincula ao parecer e seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo (STF, MS 24.631, rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, julgado em 09/08/07).

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações/considerações são realizadas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, **mas sempre de maneira fundamentada/justificada**.

É o parecer⁵.

À consideração superior.

Ivaí, PR, 3 de setembro de 2024.

FERNANDA CAROLINE LIMA KOBAYASHI
Procuradora do Município de Ivaí/PR - OAB/PR 125.002

⁵ Parecer jurídico é um ato administrativo meramente consultivo, que poderá ou não ser ratificado por um ato administrativo decisório da autoridade competente.

00053



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

ANEXO I

LISTA DE VERIFICAÇÃO (Checklist)

PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR

Contratação Direta – fundamento nos incisos I e II do Art. 75 da Lei 14.133/2021

LEGENDA: S – Sim; N – Não; OBS- Observação.

ITEM	DESCRIÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL	S/N	PÁGINA
1	Existência de processo administrativo devidamente autuado.			
2	Existência de documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência (assinado pela autoridade competente), projeto básico ou projeto executivo. Obs. 1: O Estudo Técnico Preliminar poderá ser dispensado nos casos previstos no Decreto Municipal n. 029/2023, e no caso de dados necessários a contratação, estes deverão ser integrados ao Termo de Referência, sem prejuízos à Administração. Obs. 2: No mínimo, sugere-se que deverá existir Termo de Referência, contendo os elementos definidos no art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/21 e, no caso das compras, as informações complementares presentes no art. 40, §1º, da referida lei. Obs: Caso sejam dispensados o estudo técnico preliminar, realização de a análise de riscos, elaboração de termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, devem se restringir as possibilidades contidas no Art. 14 do Decreto Municipal nº 025/2023.	Art. 72, inciso I, da Lei n. 14.133/21 e Art. 2º, I do Decreto Municipal nº 029/2023.		
3	Estimativa de despesa, que deverá ser calculada, estabelecida a partir do procedimento de pesquisa de preços, conforme art. 23 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como do art. 4º do Decreto Municipal nº 029/2023 e art. 28 a 31 do Decreto Municipal nº 025/2023.	Art. 72, inciso II, e art. 23 da Lei n. 14.133/21 e Art. 2º, II do Decreto Municipal nº 029/2023.		
4	Declaração de Responsabilidade Sobre a Pesquisa de Mercado.	Art. 4º do Decreto Municipal nº 029/2023 e art. 28 a 31 do Decreto Municipal nº 025/2023.		
5	Parecer jurídico e Pareceres técnicos, se for o caso, que demonstre o atendimento dos requisitos exigidos ou Parecer Referencial emitido pela Procuradoria Jurídica.	Art. 72, inciso III, da Lei n. 14.133/21 e Art. 2º, X do Decreto Municipal nº 029/2023.		



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

6	Indicação do recurso próprio para a despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários, de acordo com o respectivo cronograma. (Art. 2º, III do Decreto Municipal nº 029/2023.)	Arts. 72, IV, da Lei n. 14.133/21.		
7	Documentos de habilitação jurídica, qualificação técnica e econômica, se for o caso, e de regularidade fiscal, trabalhista e em relação ao FGTS. Deverá, também, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e cadastros locais de suspensão, impedimento ou inidoneidade.	Arts. 72, V, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/21. Art. 91, §4º, da Lei n. 14.133/21.		
8	Termo de Declarações (modelo)	Art. 14 da Lei n. 14.133/21 e outros.		
9	A razão da escolha do contratado	Art. 72, VI, da Lei n. 14.133/21		
10	Justificativa de preço, mediante pesquisa de preços realizada de acordo com o art. 23 da Lei n. 14.133/21, e Art. 4º do Decreto Municipal nº 029/2023 e Art. 28 a 31 do Decreto Municipal nº 025/2023.	Art. 72, VII, da Lei n. 14.133/21.		
11	Documento assinado pela autoridade competente informando que foram observados o somatório do dispêndio no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora e o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.	Art. 75, §1º, da Lei n. 14.133/21.		
12	Autorização emitida pela autoridade competente/homologação	Art. 72, inciso VIII, da Lei n. 14.133/21		
13	Divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, a fim de colher outras propostas ou processo de dispensa eletrônica, ou justificativa acerca de não atendimento à preferência de prévia divulgação e de dispensa eletrônica.	Art. 75, §3º, da Lei n. 14.133/21		
14	Minuta do contrato ou instrumento equivalente. Obs.: conforme art. 95, inciso I, da Lei 14.133/21, é dispensável o instrumento contratual no caso de dispensa de licitação em razão de valor. Nesse caso, o contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.	Art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/21.		
15	Portaria de nomeação do gestor e fiscal (art. 23 do Decreto Municipal nº 025/2023)	Art. 23 do Decreto Municipal nº 025/2023		

00054



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

16	Publicação do ato que autoriza a contratação direta ou extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.	Art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.		
----	---	---	--	--

DECLARAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELO EXAME

Eu, _____, servidor público devidamente inscrito sob a matrícula nº____, declaro expressamente que o processo de dispensa de licitação em razão do valor foi analisado em conformidade com as disposições previstas no Parecer Jurídico nº 010/2024 e Decreto Municipal nº 025 e 029/2023.

Nome: _____

CPF: _____

Cargo



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

ANEXO II

COLOCAR O TIMBRE DA EMPRESA

TERMO DE DECLARAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

O signatário da presente, em nome da proponente _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada a Rua _____, nº _____, bairro _____, _____/PR, CEP _____, declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao município de Ivaí.

2. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

3. Dentre os membros do quadro societário, há cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas? (Súmula vinculante nº 13 - STF)

(X) Não

() Sim

Em Caso Positivo, apontar:

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Relação de parentesco:	Relação de Parentesco:

	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade (familiares do cônjuge).
1º grau	Pai, mãe e filho(a).		Padrasto, madrasta, enteado(a), sogro(a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto(a).	Irmãos.	Cunhado(a), avô e avó do cônjuge.
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto(a).	Tio(a) e sobrinho(a).	Concunhado(a).

4. Não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

5. Não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

6. Não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal, bem como não possui impedimentos nos termos requeridos no §1º, do artigo 9º e no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

00055



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

7. Ao participar deste processo consente, de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência deste processo, estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins especificados. E, nos termos da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), se compromete a observar a legislação aplicável à espécie, promovendo o tratamento de todos os dados que possua acesso decorrente da execução do presente contrato administrativo, bem como, se responsabilizando por eventuais ilícitos praticados por si e seus prepostos, visando sempre proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

8. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta de preços.

9. Minha empresa não está sancionada com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Ivaí ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública.

10. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

11. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e

12. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2024.

Responsável legal

MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA - ME

CNPJ nº 07.517.423/0001-22

Rua Roseiras, nº 104, Jardim Primavera, Município de Ivaí/PR, CEP: 84.460-000

PROPOSTA COMERCIAL

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

NOME DA EMPRESA: MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA - ME

CNPJ: 07.517.423/0001-22

INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO

REPRESENTANTE: JOSÉ VALDECI DE MATTOS

CARGO: SOCIO ADMINISTRADOR

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 5.435.477-9

CPF: 797.721.619-15

ENDEREÇO: Localidade de Balaio, Zona Rural – Ivaí – PR

TELEFONE: (42) 99837-1351

AGÊNCIA: 4745-7 (Banco do Brasil) **Nº DA CONTA BANCÁRIA:** 12.003-0

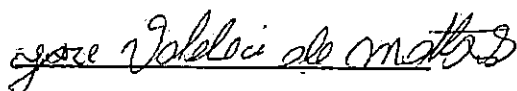
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO: JOSÉ VALDECI DE MATTOS

2. PROPOSTA

Qtde	Descrição do Item	Valor Unit	Valor Total
2,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA DESARMADO, PERÍODO NOTURNO, FERIADOS E FINAIS DE SEMANA, COM CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS/DIA.	R\$3.600,00	R\$7.200,00

PROPOSTA: R\$7.200,00 (Sete Mil e duzentos reais) mensais.

Ivaí/PR, 30 de agosto de 2024



JOSÉ VALDECI DE MATTOS

RG: 5.435.477-9

CPF: 797.721.619-15

Sócio Administrador

00056

MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA
Contrato Social

MUNICÍPIO COMERCIAL
DO PARANÁ



José Valdeci de Mattos, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado à Rua Roseiras, número 104, Jardim Primavera, CEP 84460-000, Ivaí, Estado do Paraná, nascido a 27/10/1968 filho de Valdomiro Paula de Mattos e de Geni da Luz Euzébio, portador do CPF/MF n.º 797.721.613-15, e da Carteira de Identidade Civil n.º 5.435.477-9 expedida pelo Instituto da Identificação do Paraná em 11/08/1988, e **Renilce Aparecida Correia Gonçalves**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Roseiras, número 104, Jardim Primavera, CEP 84460-000, Ivaí, Estado do Paraná, nascida a 12/05/1977 filha de Roque Correia Gonçalves e de Laura dos Santos Gonçalves, portadora do CPF/MF n.º 065.751.569-83, e da Carteira de Identidade Civil n.º 9.094.278-6 expedida pelo Instituto da Identificação do Paraná em 24/07/2000

1ª- A sociedade girará sob o nome empresarial Marrom Segurança Residencial Ltda. e terá sede e domicílio à Rua Roseiras, número 104, Jardim Primavera, CEP 84460-000, Ivaí, Estado do Paraná. (art. 997, II, CC/2002)

2ª- O capital social será R\$ 5.000,00(Cinco Mil reais (dividido em 5.000 quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

- **José Valdeci de Mattos**, 2.500 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real), perfazendo um total de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos Reais).

- **Renilce Aparecida Correia Gonçalves**, 2.500 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real), perfazendo um total de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) (art. 997, III, CC/2002) (art. 1.055, CC/2002)

3ª- O objeto da sociedade será a atividade de serviço de segurança residencial e empresarial.

4ª- A sociedade iniciará suas atividades em 01/07/2005 e seu prazo de duração é indeterminado. (art. 997, II, CC/2002)

5ª- As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

6ª- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002)

7ª- A administração da sociedade caberá aos sócios José Valdeci de Mattos e Renilce Aparecida Correia Gonçalves com os poderes e atribuições de Administradores autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (artigos 997, VI; 1.013, 1.015, 1064, CC/2002)

8ª- Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

9ª- Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002)

10ª- A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

JVM

Alisson Geraldo Teodoroski
Contador - CRC/PR n.º 049065/O6

000057

MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA
Contrato Social

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ



11ª- Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

12ª- Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolve em relação a seu sócio. (art. 1.023 e art. 1.031, CC/2002)

13ª- O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

14ª- Fica eleito o foro da Comarca de Imbituva - PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, comprometendo-se estes ao seu fiel cumprimento em todos os seus termos

Ivaí - PR, 01 de Junho de 2005

José Valdeci de Mattos
José Valdeci de Mattos

Renilce Ap. Correia Gonçalves
Renilce Ap. Correia Gonçalves

	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/06/2005 SOB NÚMERO: 41205504888 Protocolo: 05/202400-8	
	MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA MARIA THEREZA LOPES SALOMAO SECRETARIA GERAL	

Alisson Geraldo Teodoroski
Contador - CRC/PR n.º 049065/O6

000058



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ/MF 76.175.918/0001-33
Rua Rui Barbosa, nº 632, Centro
IVAÍ-PARANÁ

ALVARÁ nº 1033 /2005

O Município de Ivaí, concede alvará de licença para localização a:

Nome: MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA - ME
Nome Fantasia: MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA
CNPJ: 07.517.423/0001-22 **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 427446

Localização
R ROSEIRAS, 104 - JARDIM PRIMAVERA Ivaí - PR CEP: 84460000

Atividades
8011-1/01 - Atividades de vigilância e segurança privada.
8020-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico.

Emitido em	Horário de Funcionamento	Situação do Alvará	Validade
29/08/2024 09:13:23	Comercial Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 , 14:00 às 18:00	Ativo	25/09/2024 00:00:00

Observações

ESTE ALVARÁ DEVERÁ PERMANECER EM LUGAR VISÍVEL E DE LIVRE ACESSO A FISCALIZAÇÃO.

1 - O presente alvará só tem efeito para o período especificado, ficando sujeito a renovação anual.
2 - Será exigida renovação da licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramo de atividade, etc o contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias.
IMPORTANTE: Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de Certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Código de Autenticação: 4HHJRMQ9TJ5X28BXBS

Operador Emissor: << Equiplano Público Web >>

Consulta autenticidade: <http://sistemas.ivaí.pr.gov.br:7020/contribuinte/#!/stmCertidao/validacaoCertidao>

Ivaí, 29 de Agosto de 2024 09:13:23.

000059



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA
CNPJ: 07.517.423/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:08:35 do dia 30/08/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/02/2025.

Código de controle da certidão: **FFE6.769C.1B2F.1240**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

000060

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.517.423/0001-22

Razão

MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA

Social:

Endereço: RUA ROSEIRAS 104 / JARDIM PRIMAVERA / IVAI / PR / 84460-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/08/2024 a 26/09/2024

Certificação Número: 2024082808041343800005

Informação obtida em 28/08/2024 09:34:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ/MF 76.175.918/0001-33
Rua Rui Barbosa, nº 632, Centro
IVAÍ-PARANÁ

Certidão Positiva com efeito de negativa

Nº 1349/2024

IMPORTANTE:

- 1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
- 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 28/09/2024.
- 3. QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

CERTIFICAMOS QUE A PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ SENDO EXPEDIDA DE FORMA POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS NÃO VENCIDOS.

Código de Autenticação: 4HHJRUFFHQJTXM8R5UH

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA - ME

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
427446	07.517.423/0001-22		1033

ENDEREÇO

R ROSEIRAS, 104 - JARDIM PRIMAVERA Ivaí - PR CEP: 84460000

CNAE ATIVIDADES

Atividades de vigilância e segurança privada, Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://177.220.166.51:7474/esportal/stmvalidacaocertidao.load.logic>.

Ivaí, 29 de Agosto de 2024

Emitida por: CELSO KOBELNIK JUNIOR

000062



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034450975-04

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **07.517.423/0001-22**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 26/12/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.517.423/0001-22

Certidão nº: 59000308/2024

Expedição: 28/08/2024, às 09:43:07

Validade: 24/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.517.423/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA NIRE : 41205504888 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: PRC2422404865		
NIRE (Sede) 41205504888	CNPJ 07.517.423/0001-22	Data de Ato Constitutivo 29/06/2005	Início de Atividade 01/07/2005		
Endereço Completo Rua ROSEIRAS, Nº 104, JARDIM PRIMAVERA - Ivaí/PR - CEP 84460-000					
Objeto Social SERVIÇO DE SEGURANÇA RESIDENCIAL E EMPRESARIAL.					
Capital Social R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) Capital Integralizado R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)		Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio					
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
JOSÉ VALDECI DE MATTOS	797.721.619-15	R\$ 2.500,00	Sócio	S	Indeterminado
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
RENILCE APARECIDA CORREIA GONÇALVES	065.751.569-83	R\$ 2.500,00	Sócio	S	Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome	CPF	Término do mandato			
JOSÉ VALDECI DE MATTOS	797.721.619-15	Indeterminado			
Nome	CPF	Término do mandato			
RENILCE APARECIDA CORREIA GONÇALVES	065.751.569-83	Indeterminado			
Último Arquivamento		Ato/eventos		Situação	
Data 29/06/2005	Número 20052024016	302 / 302 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA - EMPRESA EM CONSTITUICAO		ATIVA Status XXXXX	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 29/08/2024, às 09:26:06 (horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código MGI2TC1G.

Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

000065

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

IMBITUVA CARTÓRIO DISTRIBUIDOR
RUA SANTO ANTONIO, 915 - CENTRO
IMBITUVA/PR - 84430-000

TITULAR
JOEL PEREIRA DA CRUZ
JURAMENTADOS
DIMAS ROESLER
DAYANA SCHEIDT

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de ações de FALÊNCIA E CONCORDATA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA - ME

CNPJ 07.517.423/0001-22, no período compreendido desde 01/01/1989, data de instalação deste cartório, até a presente data.

IMBITUVA/PR, 27 de Agosto de 2024

DAYANA SCHEIDT




Certificação

JOEL PEREIRA DA CRUZ
CONTADOR - PARTIDOR
DISTRIBUIDOR - DEPOSITÁRIO
PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL
COMARCA DE IMBITUVA - PR

Custas = R\$ 42,95

Página 0001/0001

000066



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.517.423/0001-22 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 29/06/2005</div>
<div>NOME EMPRESARIAL MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA</div>	<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIMDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R ROSEIRAS</div>	<div>NÚMERO 104</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 84.460-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JARDIM PRIMAVERA</div>	<div>MUNICÍPIO IVAI</div>
<div>UF PR</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE (42) 3247-1774</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/06/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/08/2024 às 09:25:33 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

000067

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 5.435.447-9

POLEGAR DIREITO

Jose Valdecir de Mattos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 5.435.447-9 DATA DE EXPEDIÇÃO: 16/10/2017

NOME: JOSE VALDECI DE MATTOS

FILIAÇÃO: VALDOMIRO PAULA DE MATTOS
GENI DA LUZ EUZEBIO

NATURALIDADE: IVA/PR DATA DE NASCIMENTO: 27/10/1968

DOC. ORIGEM: COMARCA=IPIRANGA/PR, IVA
C.NASC=7000, LIVRO=12A, FOLHA=238

CPF: 787.721.879-15

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
JOSE VALDECI DE MATTOS

DATA DE NASCIMENTO: 27/10/1968 Nº INSCRIÇÃO: 0461.7853-0680 ZONA: 029 SEÇÃO: 0059

MUNICÍPIO/UF: IVA/PR DATA DE EMISSÃO: 28/10/2017

JUIZ ELEITOR

VALIDADE: 28/10/2017

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

CONTA PESSOA FÍSICA: JOSÉ VALDECI MATTOS

BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA: 4745-7

CONTA: 12.003-0

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Registro do CEIS/CNEP - CEIS).

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
----------	----------	---------------------	-----------------	---------------	-----------------------------	------------------	------------------------------

Nenhum registro encontrado

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 07.517.423/0001-22
Cadastro: CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 29/08/2024 15:43:58
Data da última atualização: 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 08/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM), 08/2024 (Diário Oficial da União - CEAF), 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP), 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado							

000001



SICAF

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores



Fornecedor não credenciado.

Consulta

Consultar Restrição Contratar Administração Pública

Pesquisar Fornecedor

Tipo de Pessoa

☒ Pessoa Jurídica ☐ Pessoa Física ☐ Estrangeiro

CNPJ

07.517.423/0001-22

Razão Social

MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA



Não sou um robô



reCAPTCHA
Privacidade - Termos

PESQUISAR



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA - ME

CNPJ nº 07.517.423/0001-22

Rua Roseiras, nº 104, Jardim Primavera, Município de Ivaí/PR, CEP: 84.460-000

ANEXO II

TERMO DE DECLARAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

O signatário da presente, em nome da proponente **MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.517.423/0001-22, sediada à Rua Roseiras, nº 104, bairro Jardim Primavera, Ivaí/PR, CEP 84.460-000, declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao município de Ivaí.
2. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.
3. Dentre os membros do quadro societário, há cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas? (Súmula vinculante nº 13 - STF)

(X) Não

() Sim

Em Caso Positivo, apontar:

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Relação de parentesco:	Relação de Parentesco:

	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade (familiares do cônjuge).
1º grau	Pai, mãe e filho(a).		Padrasto, madrasta, enteado(a), sogro(a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto(a).	Irmãos.	Cunhado(a), avô e avó do cônjuge.
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto(a).	Tio(a) e sobrinho(a).	Concunhado(a).

4. Não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

5. Não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro

00073



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

6. Não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal, bem como não possui impedimentos nos termos requeridos no §1º, do artigo 9º e no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

7. Ao participar deste processo consente, de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência deste processo, estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins especificados. E, nos termos da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), se compromete a observar a legislação aplicável à espécie, promovendo o tratamento de todos os dados que possua acesso decorrente da execução do presente contrato administrativo, bem como, se responsabilizando por eventuais ilícitos praticados por si e seus prepostos, visando sempre proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

8. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta de preços.

9. Minha empresa não está sancionada com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Ivaí ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública.

10. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

11. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e

12. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

Ivaí/PR, 03 de setembro de 2024



JOSÉ VALDECI DE MATTOS

RG: 5.435.477-9

CPF: 797.721.619-15

Sócio Administrador

00074

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS

CPF / CNPJ sancionado: 07517423000122

LIMPAR

Data da consulta: 03/09/2024 13:51:48

Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

00075

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 07517423000122

LIMPAR


Data da consulta: 03/09/2024 14:03:52
Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

0076

Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores

Consulta

 Fornecedor com o Nível I - Credenciamento não cadastrado.

Consultar Certificado de Registro Cadastral - CRC

Pesquisar Fornecedor

* Tipo de Pessoa

☒ Pessoa Jurídica ☐ Pessoa Física ☐ Estrangeiro

* CNPJ

07.517.423/0001-22

 Não sou um robô



(*) Campo de preenchimento obrigatório.

RELATÓRIO

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

00077



Fornecedor não credenciado.

Consulta

Consultar Restrição Contratar Administração Pública

Pesquisar Fornecedor

Tipo de Pessoa

☒ Pessoa Jurídica ☐ Pessoa Física ☐ Estrangeiro

CNPJ

07.517.423/0001-22

Razão Social

Marrom Segurança



Não sou um robô



reCAPTCHA
Propriedade de Google

0000
2700



Equiplano

Município de Ivaí - 2024
Classificação por Fornecedor
Processo dispensa 53/2024

00079

Página:1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 12374-9 MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA - ME		CNPJ: 07.517.423/0001-22	Telefone: 4232471360	Status: Classificado	14.400,00				
Email: contabilidadevaz@hotmail.com									
Representante: 10668-2 JOSE VALDECI DE MATOS									
Lote 001 - Lote 001									
001	48845 Contratação de empresa especializada para prestação de serviço	M	2,00	Classificado				14.400,00	
A empresa contratada deverá disponibilizar profissional qualificado para realizar o serviço de vigia, garantindo a segurança e a integridade do local designado.								3.600,00	7.200,00 *
O vigia será responsável por monitorar, zelar e proteger o patrimônio, prevenindo e inibindo situações de risco, e reportando quaisquer incidentes conforme necessário.									
002	48850 Contratação de empresa especializada para prestação de serviço	M	2,00	Classificado				3.600,00	7.200,00 *
A empresa contratada deverá disponibilizar profissional qualificado para realizar o serviço de vigia, garantindo a segurança e a integridade do local designado.									
O vigia será responsável por monitorar, zelar e proteger o patrimônio, prevenindo e inibindo situações de risco, e reportando quaisquer incidentes conforme necessário.									
VALOR TOTAL:						14.400,00			



Equiplano

Município de Ivaí - 2024

Mapa da Licitação

Processo dispensa 53/2024

0080

Data abertura: 04/09/2024

Data julgamento: 04/09/2024

Data homologação:

Página: 1

Produto			UN.	Quantidade	CNPJ: 07.517.423/0001-22			
					Preço	Marca		
Lote 001 - Lote 001								
001	Contratação de empresa especializad	M	2,00		3.600,00 *			
a para prestação de serviçoA empresa contratada deverá disponibilizar profissional qualificado para realizar o serviço de vigia, garantindo a segurança e a integridade do local designado. O vigia será responsável por monitorar, zelar e proteger o patrimônio, prevenindo e inibindo situações de risco, e reportando quaisquer incidentes conforme necessário.								
002	Contratação de empresa especializad	M	2,00		3.600,00 *			
a para prestação de serviçoA empresa contratada deverá disponibilizar profissional qualificado para realizar o serviço de vigia, garantindo a segurança e a integridade do local designado. O vigia será responsável por monitorar, zelar e proteger o patrimônio, prevenindo e inibindo situações de risco, e reportando quaisquer incidentes conforme necessário.								
TOTAL DO LOTE					14.400,00 *	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR								
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR					14.400,00			

CNPJ: 07.517.423/0001-22 - MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA - ME

Emitido por: KEILA STORER BUENO, na versão: 5535 n

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EME - Empate ME

05/09/2024 08:46:01



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS

MEMO/2024


DE: SETOR DE LICITAÇÕES

PARA: PROCURADORIA JURIDICA

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria para análise e emissão de parecer jurídico, o processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO 053/2024** para fins de subsidiar o procedimento de Ratificação.

Cordialmente,

Ivai/PR, 04 de setembro de 2024.



MARCIA LUCIENE KOBILARZ
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

00081



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 053/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, feriados e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.

QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
02	R\$ 3.600,00	R\$ 7.200,00	R\$ 14.400,00

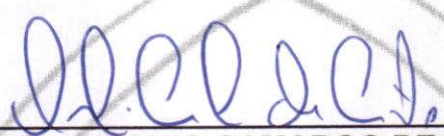
CONTRATADA

- MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA**

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2024** para o objeto acima descrito, nos termos do **Artigo 75, INCISO II da Lei Federal 14.133/2021**, para proceder à contratação acima descrita observada as demais disposições pertinentes.

Ivaí, 04 de setembro de 2024.


ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
PREFEITO MUNICIPAL

00082

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:D7AD673B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 053/2024

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, feriados e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.

Dotação orçamentária:

08001103011001204133903900000 1890

08001103011001204133903900000 1880

CONTRATANTE: Município de Ivaí - PR

CONTRATADO: **MARROM SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA**

QUANTIDADE	VALOR MENSAL UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
02	R\$ 3.600,00	R\$ 7.200,00	R\$ 14.400,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, INCISO II da Lei Federal 14.133/2021

RATIFICADO EM 04/09/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:B8225388

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 109/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 051/2024

1º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 109/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 051/2024

Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominada CONTRATANTE, e de outro lado **WAGNER MAURICIO ZAMBERLAN**, pessoa física, inscrito no CPF/MF nº sob o nº 730.690.519-87, mediante observância ao disposto na Lei Federal 14.133/2021 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Aquisição cargas de cascalho na comunidade de Rio do Meio Casa Nova.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do Termo Aditivo é a alteração da CLÁUSULA SEGUNDA do contrato original - Visando o redimensionamento do objeto, fica acrescentado o valor de **R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais)**, de acordo com o Artigo 124, I, “b”, da lei nº 14.133/2021.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato celebrado.

Ivaí (PR), 03 de setembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

WAGNER MAURICIO ZAMBERLAN -
Contratado

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:7EC94FEE

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 064/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2024

1º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 064/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2024

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominada CONTRATANTE, e de outro lado **WAGNER MAURICIO ZAMBERLAN**, pessoa física, inscrito no CPF/MF nº sob o nº 730.690.519-87, mediante observância ao disposto na Lei Federal 14.133/2021 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Aquisição cargas de cascalho na comunidade de Rio do Meio Casa Nova.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do Termo Aditivo é a alteração da CLÁUSULA SEGUNDA do contrato original - Visando o redimensionamento do objeto, fica acrescentado o valor de **R\$ 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta reais)**, de acordo com o Artigo 124, I, “b”, da lei nº 14.133/2021.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato celebrado.

Ivaí (PR), 03 de setembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

WAGNER MAURICIO ZAMBERLAN -
Contratado

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:ABB24F42

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 233/2024

DECRETO Nº 233/2024

Súmula: Exonera Servidora Pública.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - É exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. **DIANÉIA LISBOA CAMARGO**, RG Nº 7.541.395-5 PR, do cargo de Professora, a partir de 05 de setembro de 2024.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de setembro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO, em 04 de setembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

00083

Falecimentos



SEPULTADOS DO DIA 05/09

Aleixo Karachinski, 77 anos
Apollonia Kwasniewski Czarnos, 68 anos
Casimiro Kossemba, 90 anos
Circe de Andrade, 78 anos
Henrique Mauricio Ienke, 56 anos
Jesica Mierzwa Ferreira, 26 anos
Kaua Fernando Teixeira de Souza, 19 anos
Lucia Dadas, 76 anos
Maria Aparecida Ramos, 67 anos
Maria Rodrigues de Oliveira, 87 anos
Natimorto de Carla Stefan Caladino
Oscar Schaeffer, 66 anos
Ordetia Antonia Lange, 100 anos
Rosires Baroni Miskim, 80 anos
Teresinha Rute das Neves, 69 anos
Vanilda Laroza, 77 anos

SEPULTAMENTOS EM 06/09

Conceição Aparecida dos Santos, 92 anos
Velório: Capela do luto Santana
Cemitério São Vicente de Paula, às 9h

Ernani Lino Vieira de Alvarenga, 82 anos
Velório: Capela da funerária Princesa
Cemitério São Vicente de Paula, às 10h

Ilmar de Assis Vaz, 41 anos
Velório: Em outro município
Cemitério em Pirai do Sul, às 13h

Lorian Leonardo Camargo de Albuquerque, 16 anos
Velório: Capela Santa Luiza
Cemitério São Vicente de Paula, às 10h30

Matilde Cabral, 91 anos
Velório: Capela do luto Santana
Cemitério São Sebastião, às 10h

Robério Mariano de Carvalho, 39 anos
Velório: Em outro município
Cemitério em Custódia (PE), às 17h

PRINCESA
assistência

O plano da família
PONTAGROSSENSE

(41) 3223-9165 | (41) 99999-9009
R. BARÃO DE TEFFE, 188
CENTRO | PONTA GROSSA

(41) 3222-4046 | (41) 99999-5603
R. GENERAL CARNEIRO, 509
CENTRO | PONTA GROSSA

www.princesaassistencia.com.br

Agência do Trabalhador de Ponta Grossa

3220-1070

ACÓUGUEIRO(PCD)

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE ACÓUGUEIRO(COMÉRCIO)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE MOTORISTA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE PADEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUÇÃO(PCD)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ANALISTA DE PESQUISA OPERACIONAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ARMADOR DE FERRAGENS NA CONSTRUÇÃO CIVIL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ARTE FINALISTA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ASSISTENTE DE COMPRAS

ASSISTENTE DE CONTADORIA FISCAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE LOJAS E MERCADOS
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE BALCONISTA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE BALCÃO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE LANCHONETE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR CONTABIL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE ARMAZENAMENTO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE CONFITEARIA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE COSTUREIRA(NO ACABAMENTO)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE COZINHA(PCD)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE COZINHA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE ESTOQUE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LIMPEZA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇÃO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LOGÍSTICA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR GERAL DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PERMANENTES(EXETO TRILHOS)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

BARMAN
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

BORRACHEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CAMAREIRA DE HOTEL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CASEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CHAPISTA DE LANCHONETE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CLASSIFICADOR DE GRÃOS
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COMPRADOR
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONFITEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COZINHEIRO DE RESTAURANTE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COZINHEIRO GERAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

DEDETIZADOR
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

DESENVOLVEDOR DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO(TÉCNICO)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

EMPREGADO DOMÉSTICO FAXINEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCANADOR
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCARREGADO DE OBRAS E INSTALAÇÕES
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCANADOR INDUSTRIAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENGENHEIRO CIVIL (SANEAMENTO)

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 28/2024 FORMA ELETRÔNICA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA

OBJETO: Contratação de serviços de mão de obra especializada em pintura na Escola Municipal Professora Izabela Santana Marconato Prates - Ensino Fundamental.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 70.052,55 (setenta mil, cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 20/09/2024 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço.

MODO DE DISPUTA: aberto

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 20/09/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 20/09/2024.

Os esclarecimentos deverão ser somente por e-mail: licitacao@guamiranga.pr.gov.br

Esclarecimentos não serão respondidos por telefone.

O Pregão ELETRÔNICO, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bl.org.br - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

Guamiranga, 05 de setembro de 2024.

Ederson A. Beledeli
Agente de contratação
Decreto nº 25/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁIVA - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2024

OBJETO: Aquisição de equipamentos, material permanente e material de consumo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min do dia 12 de setembro de 2024, às 09h30min do dia 25 de setembro de 2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h31min às 09h59min do dia 25 de setembro de 2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 25 de setembro de 2024.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processador: Bolsa de Licitações e Leilões - BLL: <http://bl.compras.com> ou <https://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparencia2/licitacoes/> Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.
Jaguariaiva, 05 de setembro de 2024.

ALCIONE LEMOS
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁIVA - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2024

OBJETO: Aquisição de veículos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min do dia 10 de setembro de 2024, às 09h30min do dia 20 de setembro de 2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h31min às 09h59min do dia 20 de setembro de 2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 20 de setembro de 2024.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processador: Bolsa de Licitações e Leilões - BLL: <http://bl.compras.com> ou <https://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparencia2/licitacoes/> Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.
Jaguariaiva, 27 de agosto de 2024.

ALCIONE LEMOS
Prefeita Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência, na forma eletrônica, nº 20/2024

O Município de Ponta Grossa realizará às 10h00min do dia 20 de Setembro de 2024, através da Bolsa de Licitações e Leilões, licitação para Execução de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Eurico Batista Rosas, localizada a Rua Jose F. Meneses, 103 - Pitangui. Valor máximo R\$ 6.185.736,57. Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidas junto ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento, na sede da prefeitura, no horário das 12h às 18h, ou pelo fone 42-3220-1304 ou ainda pelo site <https://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portalttransparencia/> licitacoes.

Simone do Rocio Pereira Neves - Secretária Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024 Proc. Administrativo nº 103/2024

OBJETO: Seleção de propostas visando à contratação de pessoa jurídica especializada para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos tipo micro-ônibus da marca Iveco, nos termos da solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote. DATA/HORÁRIO: 23/09/2024 às 09h00min. LOCAL: Bolsa de Licitações e Leilões - BLL (www.bl.compras.org.br). O Edital e Anexos estão disponíveis para download no endereço eletrônico: <http://reservapr.equiplano.com.br>:7039/transparencia/licitacoes, ou ainda, solicitados pelo e-mail: licitacaoreservapr@gmail.com. Reserva/PR, 05 de setembro de 2024. José Ivan Bueno da Cruz - Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.

ESTETICISTA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

FARMACÊUTICO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

FORNEIRO (PIZZARIA)

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MÃO SOCIAL

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MARCADOR DE PRODUTOS (SIDERÚRGICO E METALÚRGICO)

MECÂNICO DE AUTOMÓVEL

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE EQUIPAMENTO PESADO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE CAMINHÃO A DIESEL

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINA INDUSTRIAL

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MOTOCICLETAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 179/2024 Dispensa de Licitação nº 053/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, feriados e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.

CONTRATADA: MARCONI SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA
CONTRATANTE: Município de NAI - PR
Valor Unitário Mensal: R\$ 7.200,00
Valor Global: R\$ 14.400,00
Vigência: 02 Meses
Data de assinatura: 05/09/2024

Dr. Antonio Camargo de Cris - Prefeito Municipal
José Valdeir de Mattos - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 063/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 079/2024 (Lei Federal nº 14.133/2021)

Objeto: Contratação de empresa especializada em eventos e estruturas para a realização do evento em comemoração do dia das crianças, com os alunos da Prefeitura Municipal de NAI.

Valor estimado: R\$ 24.500,00
Data de início de acatamento de Propostas: 06/09/2024 a partir das 17h00min.

Data limite para acatamento de PROPOSTAS: 19/09/2024 - 08h00min.

Data de início da fase de LANCES: 19/09/2024 - a partir das 09h00min.

Os interessados deverão realizar seu próprio cadastro no endereço eletrônico: <http://www.bl.compras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e suas anexos: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de NAI - PR, Rua Rui Barbosa, 632 - Centro - NAI - PR. Fone: (41) 3247-1222 - ramal 215 - site: www.nai.pr.gov.br

Local, 05 de setembro de 2024

Marta Luciene Kozlarsz
Agente de Contratação
Portaria Municipal nº 002/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 064/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 080/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024 (Lei Federal nº 14.133/2021)

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor estimado: R\$ 420.000,00
Data de início de acatamento de Propostas: 06/09/2024 a partir das 17h00min.

Data limite para acatamento de PROPOSTAS: 19/09/2024 - 08h00min.

Data de início da fase de LANCES: 19/09/2024 - a partir das 09h00min.

Os interessados deverão realizar seu próprio cadastro no endereço eletrônico: <http://www.bl.compras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e suas anexos: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de NAI - PR, Rua Rui Barbosa, 632 - Centro - NAI - PR. Fone: (41) 3247-1222 - ramal 215 - site: www.nai.pr.gov.br

Local, 05 de setembro de 2024

Marta Luciene Kozlarsz
Agente de Contratação
Portaria Municipal nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, feriados e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.

CONTRATADA: MARCONI SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA

CONTRATANTE: Município de NAI - PR
Valor Unitário Mensal: R\$ 7.200,00
Valor Global: R\$ 14.400,00
Vigência: 02 Meses

Dr. Antonio Camargo de Cris - Prefeito Municipal
José Valdeir de Mattos - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI ESTADO DO PARANÁ

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 379/2022 LICITAÇÃO Nº 019/2022

A Prefeitura Municipal de NAI, através da Junta de Direito Público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, NAI - PR, neste ato representado pelo senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, brasileiro, casado, residente em NAI - PR, portador de carteira de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3, SSP-PR, no CPF nº 715.210.545-91 a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa MEDUL, MAIS SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Antonio Raimundo, 20, bairro Santa Helena, município de Curitiba, PR, inscrita no CNPJ nº 08.868.176/0001-27, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora Patrícia Potchapski Koutch, brasileira, residente à Rua Antonio Raimundo, 20, bairro Santa Helena, município de Curitiba, PR, inscrita no CNPJ nº 08.868.176/0001-27, ambas as partes, acordam e dispõem o seguinte:

OBJETO: Prestação de serviço médico ginecológico/obstetrical para atendimento ao público do SUS, com carga horária de 20 horas semanais pelo período de 12 meses, conforme credenciamento 002/2022.

CAUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato foram prorrogados até 07/12/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

São as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

NA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Prefeitura Municipal de Ivaí

(Processo Administrativo nº 53/2024)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 179/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE IVAÍ, POR INTERMÉDIO DO (A) MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA

A Prefeitura Municipal de Ivaí, com sede no(a) Rua Rui Barbosa, nº 632, centro na cidade de Ivaí /Estado do Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.175.918/0001-33 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Orli Camargo de Cristo**, nomeado de acordo com o termo de posse, datado em 08 de agosto de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1327943 doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 07.517.423/0001-22, sediado(a) na R Rosseiras, Bairro Jardim Primavera, N° 104, Ivaí (PR), Cep: 84.460-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **JOSÉ VALDECI DE MATTOS**, (Brasileiro, Empresário), e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. 053/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

2. O objeto do presente instrumento a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, feriados e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.
3. Objeto da contratação:

QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
2	R\$ 3.600,00	R\$ 7.200,00	R\$ 14.400,00

3.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 3.1.1.O Termo de Referência;
- 3.1.2.A Proposta do contratado;
- 3.1.3.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

4. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência e execução contratual será de **02 Meses** contados de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser rescindido antecipadamente, sem necessidade de ressarcimento à Contratada, quando encerrado o processo licitatório em trâmite.

2.2 A prorrogação do contrato é vedada, conforme dispõe o Art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

José Valdeci de Mattos
[Assinatura]

[Assinatura]

00085



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1 O valor estimado para a contratação é de R\$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento do presente contrato será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT.

6.2 Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/08/2024 (Trinta do oito de dois mil e vinte e quatro).
- 8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 9.1. São obrigações do Contratante:

por Vobis de mais

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

- 9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Comarca do foro de Imbituva/Pr para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade

João Vitor de Moraes

DL

00086



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 34460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

- Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Jari Volleu de Moraes
W.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rni Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5.% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 0,9% (zero virgula nove por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

José Ubaleu de matos

De

00087



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 34460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

- 12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- 13.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- 13.5. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.12. Indenizações e multas.

fori estabelecido em termo

20



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral desta Municipalidade deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.2. 08001103011001204133903900000 1890

14.3. 08001103011001204133903900000 1880

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Imbituva- PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

Ivaí, 05 de Setembro de 2024.

Foro eleito de Imbituva

DI

00088



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR
Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

Orli Antonio Camargo de Cristo – Representante legal CONTRATANTE

José Valdeci de Mattos - Representante legal CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- Marcia Luciene Kobilarz

2- Karen Zelinda dos Santos



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br



Município de Ivai - 2024

Classificação por Fornecedor

Processo dispensa 53/2024

Página 1

Item	Produto/Serviço	URL	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Obs
Fornecedor: 12374-5 MURKIN SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA - ME									
CNPJ: 07.517.423/0001-32 Telefone: (42) 32471343									
Email: contato@murkinseguranca.com									
Representante: 17028-2 JOSE VALDECI DE MATOS									
Lei 8661 - Lei 361									
001	48500 Correlação de empresa especializada para prestação de serviço	M	2,00	Classificado			3.600,00	7.200,00	*
002	48000 Contratação de empresa especializada para prestação de serviço	M	2,00	Classificado			3.600,00	7.200,00	*
VALOR TOTAL:							14.400,00		

R

Q

7

00089

MARCIA LUCIENE KOBILARZAgente de Contratação
Portaria Municipal nº 002/2024Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:2B383656**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 179/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 053/2024**EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 179/2024****Dispensa de Licitação nº: 053/2024**

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, feriados e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.

CONTRATADA: MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA**CONTRATANTE:** Município de Ivaí – Pr.**Valor Unitário Mensal:** R\$ 7.200,00**Valor Global:** R\$ 14.400,00**Vigência:** 02 Meses**Data da assinatura:** 05/09/2024**RLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –**
Prefeito Municipal**JOSE VALDECI DE MATTOS –**
Representante LegalPublicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:330C5F47**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 084/2024 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 080/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 080/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024 (LEI FEDERAL Nº
14.133/2021)**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 084/2024**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 080/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024
(Lei Federal nº 14.133/2021)**Tipo de licitação:** MENOR PREÇO.**Modo de disputa:** "Aberto"

OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor estimado: R\$ 429.000,00**Data de início de acolhimento de Propostas:** 06/09/2024 a partir das 17h00min.**Data limite para acolhimento de PROPOSTAS:** 19/09/2024 – 08h45min.**Data de início da fase de LANCES:** 19/09/2024 – a partir das 09h00min.Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: <https://bilcompras.com>Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 05 de setembro de 2024

MARCIA LUCIENE KOBILARZAgente de Contratação
Portaria Municipal nº 002/2024Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:1C363C08**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**
2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 270/2022 LICITAÇÃO
Nº150/2022 INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022**2º TERMO ADITIVO**
CONTRATO Nº 270/2022
LICITAÇÃO Nº150/2022
INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91 a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa **MEDSUL MAIS SAUDE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Antonio Raimundo Cominesi, 01, Palmital, Ivaí/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.898.176.0001-27, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora **Patrícia Pochapski Krutsch**, brasileira, residente à Rua Antonio Raimundo Cominesi, s/n, Palmital, Ivaí/PR, portadora da cédula de identidade nº 63418838 SSP/PR, do CPF/MF nº 062.001.079-71, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Prestação de serviço médico ginecologista/obstetra para atendimento ao público do SUS, com carga horária de 20 horas semanais pelo período de 12 meses, conforme Credenciamento 002/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 07/12/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

Ivaí (PR), 05 de setembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal**PATRÍCIA POCHAPSKI KRUTSCH –**
Representante LegalPublicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:AA16F714**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**
EXTRATO CONTRATOS DE TRABALHO POR TEMPO
DETERMINADO – PSS 001/2023**EXTRATO CONTRATOS DE TRABALHO POR TEMPO**
DETERMINADO – PSS 001/2023**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ.**CONTRATADA:** SUSANKELI KRUTSCH PEREIRA
CARGO: PROFESSORA.**VALOR:** R\$ 2.262,02.**PERÍODO:** 06/09/2024 A 13/12/2024.**DATA:** 06/09/2024.**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**
Prefeito MunicipalPublicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:04D057E5

Classificados e Publicação Legal

Falecimentos

SEPULTADOS DO DIA
05/09

Alexio Karachinski, 77 anos
Apolina Kwasniewski Czarnos, 68 anos
Casimiro Kossombo, 90 anos
Circe de Andrade, 78 anos
Henrique Mauricio Jenke, 56 anos
Jesica Mierzwa Ferreira, 26 anos
Kaua Fernando Teixeira de Souza, 19 anos
Lucia Dadas, 76 anos
Maria Aparecida Ramos, 67 anos
Marta Rodrigues de Oliveira, 87 anos
Naumom de Carla Stefani Calaudino
Oimar Scheffer, 66 anos
Odette Antonia Lange, 100 anos
Rosires Barón Meklin, 80 anos
Teresinha Rute das Neves, 69 anos
Vanilda Laroça, 77 anos

SEPULTAMENTOS
EM 06/09

Conceição Aparecida dos Santos, 92 anos
Velório: Capela do Iório Santana
Cemitério São Vicente de Paula, às 9h

Errani Lino Vieira de Alvarenga, 82 anos
Velório: Capela da Funerária Princesa
Cemitério São Vicente de Paula, às 10h

Imar de Assis Vaz, 41 anos
Velório: Em outro município
Cemitério em Pirai do Sul, às 13h

Lorian Leonardo Camargo de
Albuquerque, 16 anos
Velório: Capela Santa Luzia
Cemitério São Vicente de Paula, às 10h30

Matilde Cabral, 91 anos
Velório: Capela do Iório Santana
Cemitério São Sebastião, às 10h

Robério Mariano de Carvalho, 39 anos
Velório: Em outro município
Cemitério em Custódia (PE), às 17h

PRINCESA
PONTAGROSSENSE

O plano da família
PONTAGROSSENSE

(011) 3223-9165 | (41) 99999-9009
R. BARÃO DE TEFFÉ, 188
CENTRO | PONTA GROSSA

(41) 3222-4046 | (41) 99999-5603
R. GENERAL CARNEIRO, 503
CENTRO | PONTA GROSSA

www.princesaassistencia.com.br

Agência do Trabalhador
de Ponta Grossa

3220-1070

AÇOUGUEIRO(PCD)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE AÇOUGUEIRO(COMÉRCIO)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE MOTORISTA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE PADEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ALIMENTADOR DE LINHA DE
PRODUÇÃO(PCD)**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE
SOFTWARE**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ANALISTA DE PESQUISA OPERACIONAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ARMADOR DE FERRAGENS NA
CONSTRUÇÃO CIVIL**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ARTE FINALISTA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ASSISTENTE DE COMPRAS
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ASSISTENTE DE CONTADEORIA FISCAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE LOJAS E MERCADOS
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE BALCONISTA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE BALCÃO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE LANCHONETE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR CONTÁBIL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE ARMAZENAMENTO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE CONFEITARIA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE COSTUREIRA(NA
ACABAMENTO)**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE COZINHA(PCD)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE COZINHA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE ESTOQUE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES
CLÍNICAS**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LIMPEZA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇÃO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LOGÍSTICA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR GERAL DE CONSERVAÇÃO DE
VIAS PERMANENTES(EXETO TULHOS)**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

BARMAN
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

BORRACHEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CAMAREIRA DE HOTEL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CASEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CHAPISTA DE LANCHONETE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CLASSIFICADOR DE GRÃOS
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COMPRADOR
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONFETEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COZINHEIRO DE RESTAURANTE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COZINHEIRO GERAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

DEFEITIZADOR
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**DESENVOLVEDOR DE SISTEMAS DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO(TÉCNICO)**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES
INDUSTRIAIS**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

EMPREGADO DOMÉSTICO FAXINEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCANADOR
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCARREGADO DE OBRAS E INSTALAÇÕES
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCANADOR INDUSTRIAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENGENHEIRO CIVIL (SANEAMENTO)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA
ESTADO DO PARANÁAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 28/2024
FORMA ELETRÔNICA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA

OBJETO: Contratação de serviços de mão de obra especializada em pintura na Escola Municipal Professora Izabela Santana Marconato Prates - Ensino Fundamental.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 70.052,55 (setenta mil, cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 20/09/2024 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço.

MODO DE DISPUTA: aberto

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 20/09/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 20/09/2024.

Os esclarecimentos deverão ser somente por e-mail: licitacao@guamiranga.pr.gov.br

Esclarecimentos não serão respondidos por telefone.

O Pregão ELETRÔNICO, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitacoes e Leilões do Brasil Ltda www.bl.org.br - Bolsa de Licitacoes e Leilões do Brasil - BLL.

Guamiranga, 05 de setembro de 2024.

Ederson A. Beledeli
Agente de contratação
Decreto nº 25/2024PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2024

OBJETO: Aquisição de equipamentos, material permanente e material de consumo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min do dia 12 de setembro de 2024, às 09h30min do dia 25 de setembro de 2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h31min às 09h59min, do dia 25 de setembro de 2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 25 de setembro de 2024.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado: Bolsa de Licitacoes e Leilões - BLL: <http://bllcompras.com> <https://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparencia2/licitacoes/> Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.

Jaguariaíva, 05 de setembro de 2024.

ALCIONE LEMOS
Prefeita MunicipalPREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2024

OBJETO: Aquisição de veículos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min do dia 10 de setembro de 2024, às 09h30min do dia 20 de setembro de 2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h31min às 09h59min, do dia 20 de setembro de 2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 20 de setembro de 2024.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado: Bolsa de Licitacoes e Leilões - BLL: <http://bllcompras.com> <https://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparencia2/licitacoes/> Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.

Jaguariaíva, 27 de agosto de 2024.

ALCIONE LEMOS
Prefeita MunicipalPREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência, na forma eletrônica, nº 20/2024

O Município de Ponta Grossa realizará às 10h00min do dia 20 de Setembro de 2024, através da Bolsa de Licitacoes e Leilões, licitação para Execução de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Eurico Batista Rosas, localizada a Rua Jose F.Menezes, 103 - Pitangui. Valor máximo R\$ 6.185.736,57. Mais informações, bem como a integral do Edital e anexos, poderão ser obtidas junto ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento, na sede da prefeitura, no horário das 12h às 18h, ou pelo fone 42-3220-1304 ou ainda pelo site <https://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portaltransparencia/1/licitacoes>.

Simone do Rocio Pereira Neves - Secretária Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024

Proc. Administrativo nº 183/2024

OBJETO: Seleção de propostas visando a contratação de pessoa jurídica especializada para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos tipo micro-ônibus da marca Iveco, nos termos da solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote. DATA/HORARIO: 23/09/2024 às 09h00min. LOCAL: Bolsa de Licitacoes e Leilões - BLL (www.bllcompras.org.br). O Edital e Anexos estão disponíveis para download no endereço eletrônico: <http://reservapr.eplanho.com.br/7039/transparencia/licitacoes>, ou ainda, solicitados pelo e-mail: licitacaotransparenciapr@gmail.com. Reserva-PR, 05 de setembro de 2024. José Ivan Bueno da Cruz - Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.

ESTETICISTA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

FARMACÊUTICO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

FORNEIRO (PIZZARIA)

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MÃO SOCIAL

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.MARCADOR DE PRODUTOS
(SIDERÚRGICO E METALÚRGICO)Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE AUTOMÓVEL

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE EQUIPAMENTO PESADO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
DE CÂMINHO A DIESELAtendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
DE MÁQUINA INDUSTRIALAtendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
DE MOTOCICLETASAtendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 176/2024
Dispensa de Licitação nº: 033/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, inclusive e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.

CONTRATADA: MARCONI SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA

CONTRATANTE: Município de NAI - PR

Valor Unitário Mensal: R\$ 7.200,00

Valor Global: R\$ 14.400,00

Vigência: 02 Meses

Data da assinatura: 05/09/2024

Ofl Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

João Valério de Mattos - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 083/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 079/2024

Licitação Nº 14.133/2021

Tipo de Licitação: Menor preço

OBJETO: Contratação de empresa especializada em eventos e estruturas para a realização do evento em comemoração do dia das crianças no bairro de NAI, Município de NAI.

Valor estimado: R\$ 24.560,00

Data de início de recebimento de propostas: 06/09/2024 a partir das 17h00min.

Data limite para recebimento de PROPOSTAS: 18/09/2024 - 08h45min.

Data de início da fase de LANCES: 18/09/2024 - a partir das 09h00min.

Os interessados deverão realizar seu próprio cadastro no endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitacoes da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI - PR - Rua R. Barbosa, 006 - Centro - NAI - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.nai.pr.gov.br

Nai, 05 de setembro de 2024

Márcia Luciene Kollatz

Agente de Contratação

Ponta Grossa - PR 06/09/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 040/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 089/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2024

Licitação Nº 14.133/2021

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de professores e acompanhantes em transporte de saúde para o Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor estimado: R\$ 429.000,00

Data de início de recebimento de propostas: 06/09/2024 a partir das 17h00min.

Data limite para recebimento de PROPOSTAS: 19/09/2024 - 08h45min.

Data de início da fase de LANCES: 19/09/2024 - a partir das 09h00min.

Os interessados deverão realizar seu próprio cadastro no endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitacoes da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI - PR - Rua R. Barbosa, 006 - Centro - NAI - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.nai.pr.gov.br

Nai, 05 de setembro de 2024

Márcia Luciene Kollatz

Agente de Contratação

Ponta Grossa - PR 06/09/2024

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, inclusive e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.

Dotação orçamentária:

0600110311011204133030000001890

060011031101120413303000001887

CONTRATADA: MARCONI SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA

CONTRATANTE: Município de NAI - PR

Valor Unitário Mensal: R\$ 7.200,00

Valor Global: R\$ 14.400,00